



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC
CENTRO DE HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**A IDENTIDADE PESSOAL E PROFISSIONAL DE ALUNOS DA EJA EM
FORTALEZA/CE**

ROBÉRIO VIANA BESSA

**FORTALEZA-CE
2019**

ROBÉRIO VIANA BESSA

A IDENTIDADE PESSOAL E PROFISSIONAL DE ALUNOS DA EJA EM
FORTALEZA/CE

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do título
de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Maria José Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B465i Bessa, Robério Viana Bessa.
A Identidade pessoal e profissional dos alunos da EJA : Estudo exploratório / Robério Viana Bessa
Bessa. – 2019.
66 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Curso de Letras (Inglês), Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Maria José Barbosa.
1. Identidade pessoal. 2. Identidade profissional. 3. Consciência. 4. Vocação. I. Título.

CDD 420

FORTALEZA-CE

2019

ROBÉRIO VIANA BESSA

A IDENTIDADE PESSOAL E PROFISSIONAL DE ALUNOS DA EJA EM
FORTALEZA/CE

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia da Faculdade de educação da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do título
de licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria José Barbosa (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dra. Maria José Albuquerque

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o.Dr.Manoel Sampaio da Silva

Universidade estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela graça de ter saúde física, psíquica e mental para que eu pudesse atingir minhas metas e projetos de vida. Agradeço imensamente a meus pais que puderam, com muito sacrifício, amor e dedicação me proporcionar uma educação digna, com ensinamentos virtuosos centrados na ética, decência, perseverança e humildade. Sou eternamente grato à minha esposa Socorro, que, com muita paciência, serenidade e sabedoria soube me acompanhar dia após dia na minha luta nos estudos, me dando apoio, reconhecendo um valor em mim como um futuro e promissor profissional da educação. Tenho um agradecimento especial ao meu filho Bruno que, por sua insistência me fez enfrentar o ENEM, enxergando uma potencialidade em seu pai que, em casa lia livros de história sem nenhuma pretensão de uma formação universitária. Também sua ajuda foi essencial na elaboração de meu TCC, devo agradecimentos também à minha futura nora Bruna pelo apoio e motivação que me proporcionou. Agradeço a minha linda filha Giselle e meu genro Rairton, que sempre me motivaram na minha caminhada universitária. Agradeço a meus queridos irmãos que sempre acreditaram em mim e puseram sua fé na minha busca por uma realização profissional. Agradeço a meus amigos que, sempre me indagavam; “E aí, se forma quando?”, demonstrando a ansiedade em compartilhar minha felicidade na minha formatura. Agradeço a esta instituição de ensino que me abriu as portas, possibilitando a minha revolução pessoal que se materializa em minha formação universitária. Tenho um agradecimento especial e uma enorme gratidão aos mestres, doutores que me ensinaram, me despertaram para novos horizontes, acolheram minhas dúvidas, tiveram paciência com as minhas limitações e que por algum motivo reconheceram em mim algum valor como um futuro profissional da educação. O meu eterno agradecimento a todos, que talvez não tenham a noção exata de como esta conquista pessoal me transforma, me renova e me realiza como pessoa humana e um profissional universitário que pode contribuir para um mundo melhor por via da educação.

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito abordar questões referentes à modalidade EJA (Educação de jovens e adultos), mais precisamente no que diz respeito à identidade pessoal e profissional dos alunos que estudam numa instituição de ensino semipresencial oferecida pelos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), situada em Fortaleza. Delimitou-se como objetivo geral identificar a identidade pessoal e profissional dos alunos da EJA, procurando detectar se suas oportunidades de retorno aos estudos e o acesso ao conhecimento, embora em etapa tardia, lhes pareçam custosas e sem um significado especial em sua formação educacional, ou se na verdade possam ser emancipadoras, ampliando seu horizonte profissional para além do seu ingresso no mercado de trabalho, podendo se estender, por exemplo, a uma formação acadêmica ou técnica, com projeções futuras de mudança radical em sua cidadania. Procurou-se verificar também se, o aluno vislumbra, num processo de autoconhecimento e realização pessoal, uma afirmação de sua identidade pessoal e principalmente profissional, seguindo uma vocação. Para fundamentação teórica desta monografia recorreu-se a Paulo Freire (2017), Erik Erikson (2010), Cláudia Borges Costa, Maria Margarida Machado (2017), Eliacy Saboya (2012), Celso de Rui Beisiegel (2008), Leo Fraiman (2015), e documentos oficiais como a Confitea Brasil+6. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a pesquisa de campo e o recurso para a coleta de dados foi a entrevista, com a participação de oito alunos. Verificou-se que 80% dos alunos entrevistados tem a consciência da importância da educação para sua formação pessoal e profissional, porém, apenas 25% pensam em profissionalizar-se seguidos por uma vocação ou identificação profissional bem definida. Para concluir, constatou-se que, por interpretação da fala dos educandos, a escola pesquisada consegue cumprir sua primeira função de escolarizar o indivíduo, proporcionando-lhe a educação básica. Porém, foi identificado que os educandos têm poucas perspectivas de suas formações educacionais, por vezes restritas ao ingresso no mercado de trabalho, não vislumbrando uma formação educacional emancipadora que possa fortalecer e valorizar sua identidade pessoal e profissional, tal qual a proposta pedagógica de conscientização político-social elaborada por Paulo Freire.

Palavras-chave: Identidade pessoal, identidade profissional, consciência, vocação.

ABSTRACT

The present work aims to address issues related to the YAE modality (Youth and Adult Education), more precisely with regard to the personal and professional identity of students in a semi-presential education organization offered by the Youth and Adult Education Centers (YAEC). Its main objective is to identify, with return to studies, student glimpses, self-knowledge process and staff realization, a statement of their personal and especially professional identity, following a vocation. To achieve these goals; identify in the students discourses of YAE, as motivations and impediments to the heredity of their studies. Identify students' display on the functioning and annulment of their ideals of life, the internalization of the oppressor, and the power relations exerted by the ruling class primarily in relation to the labor market; Look for personal and professional identities in the education of youth and adults from their discourses. Look for lectures on education, their impressions of a qualified institution, as a formal environment of education and the building of new citizens, assuming that social relations, though formulated and produced by the ruling classes, can be reconstructed. It aims to identify the criticality in the students' conscience, considering the critical personal and professional formation tools that can positively revolutionize the personality of the YAE students. For theoretical foundation of this research, there are Paulo Freire (2017), Cláudia Borges Costa and Maria Margarida Machado (2017), Eliacy Saboya (2012), Celso de Rui Beisiegel (2008) and Leo Fraiman (2015), official documents, other documents. The instrument used for data collection was a field research and the resource for data collection was an interview, with the contribution of 8 students from a YAEC school in Fortaleza. It can be selected that 80% of the students interviewed are aware of the importance of education for their personal and professional education, but only 25% intend to follow a vocation for a full professional activity in the job market.

Keywords: Personal Identity, Professional identity, conscience, vocation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
UFC	Universidade Federal do Ceará
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
TCC-1	Trabalho de conclusão de curso
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
LDB	Lei das Diretrizes Básicas
UNE	União Nacional dos Estudantes
MEC	Ministério da educação e Cultura
CONFITEA	Conferência Internacional de educação de Adultos
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	EJA- RESGATE HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO.....	14
2.1	Histórico e Campanhas.....	14
2.2	Leis e Constituições.....	18
2.3	A VI Confitea no Brasil e a EJA.....	23
2.4	Fóruns da EJA.....	24
3	OS SUJEITOS DA EJA SEGUNDO TEÓRICOS.....	25
4	PESQUISA DE CAMPO-A BUSCA DA CONSCIENTIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO.....	32
4.1	Metodologia adotada na pesquisa.....	32
4.2	O CEJA pesquisado.....	32
4.3	Os sujeitos participantes.....	34
5	A IDENTIDADE DOS EDUCANDOS DA EJA E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO.....	34
5.1	Abandono escolar.....	35
5.2	Retorno escolar.....	39
5.3	Ideal de vida.....	42
5.4	A escola e a sua influência no aprendizado.....	43
5.5	A importância da Educação na vida do educando.....	45
5.6	Profissão: um lugar no mundo do trabalho.....	46
6	A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO DA DINÂMICA DA SOCIEDADE.....	50
6.1	A hospedagem do opressor no oprimido.....	52
6.2	A vocação ou o desejo profissional a se realizar.....	53
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
8	REFERÊNCIAS.....	65
9	ANEXO A.....	66

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do ser humano, passa por vários processos de assimilação de conhecimentos, desde costumes e crenças a ciências e valores culturais que são vividos e interiorizados em seu consciente e inconsciente. Simultaneamente, durante todo esse processo, são realizadas avaliações, reflexões, definições e resignificações de suas experiências pessoais nos aspectos, emotivos, socioculturais, políticos e econômicos a partir do meio social no qual está inserido. Desta feita, é estimulada a sua consciência em seus estágios de desenvolvimento que irão formar sua personalidade pessoal e profissional. A capacidade de formar a consciência crítica de um povo depende de sua formação educacional, pois a educação tem a capacidade de transmitir conhecimentos como também fomentar a reflexão e o raciocínio crítico no indivíduo.

A cidadania, atribuição social básica para todo aquele que deseja ser autor de sua história, é exercida por aquele que conhece as leis, que sabe analisar fatos, filtrar informações, buscar dados que ratifiquem as notícias, ter a virtuosa prática de pesquisar e estudar. Entretanto, em um país no qual, desde a gênese de sua história, a educação foi direcionada para as elites, onde os saberes foram selecionados criteriosamente com o objetivo de segregar de forma discriminada os educandos humildes dos mais abastados, chega a ser falácia imaginar todos os brasileiros tendo acesso aos bens culturais, fato que irá influenciar na sua formação pessoal e principalmente profissional.

Se determinadas classes sociais, com poderes de decisão econômicos e político, manipulam as políticas educacionais, afetando diretamente a educação brasileira e configurando assim as falhas educacionais da historicidade brasileira, como é possível esperar um cidadão formador de opiniões críticas?

Temos assim, os saberes construídos, e todas as ciências como patrimônios histórico-culturais, que foram negados a muitos brasileiros e que muitos, atualmente, lutam para ter seu espaço, sua voz, regressando aos estudos e tentando inserir-se no mercado de trabalho que é tão competitivo, altamente qualificado e por muitas vezes cruel para aqueles que não conquistaram sua autonomia, ou pelo menos sua educação básica.

Segundo Brandão (1985), a educação é todo conhecimento adquirido com a vivência em sociedade. Sendo assim, o ato educacional ocorre no ônibus, em casa, na igreja, na família e todos nós fazemos parte deste processo.

A partir dessa definição podemos imaginar como é difícil para o indivíduo, que não possui domínio da escrita e da leitura, exercer o seu direito à educação e ter acesso aos bens culturais que lhe foram negados ou impossibilitados em virtude das várias circunstâncias da sua vida. É direito de todos terem acesso ao seu mundo social de maneira plena, participativa, sem sofrer discriminações ou constrangimentos.

A Educação, a cultura, por que não dizer as ciências humanas ligadas à filosofia, história, que lidam com o exercício da reflexão, criticidade, interpretação de fatos sociais, geralmente são renegadas a segundo plano, tendo prioridade a economia e os interesses do capital, e quando surgem as iniciativas para salvar a educação, ou é tarde demais, ou são tomadas medidas paliativas que tornam mais complexo o problema. Esta prática ideológica alimenta a classe parasita, ou seja, os detentores do poder, afetando a educação quando restringe a alguns indivíduos que se consideram mais privilegiados o acesso aos bens culturais.

Todas as construções científicas, produtos culturais da humanidade, estão relacionadas a vários aspectos da vida social do indivíduo, dentre eles, a educação, que desde cedo no Brasil, lutou por uma educação básica igualitária e gratuita, mas que, em várias circunstâncias históricas foi manipulada como moeda de troca no jogo das influências dos poderes político e econômico das elites. Temos como herança a dívida educacional do Brasil para um grande contingente de indivíduos, em virtude do processo elitista da educação brasileira que tem origem na época colonial e que perdura em nosso cotidiano.

A princípio, fizemos esta breve reflexão sobre a consciência e a educação para descrever e problematizar a situação daqueles que não conseguiram concluir sua escolaridade básica no tempo regulamentar, tendo que recorrer à modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mais conhecida como EJA. Estes educandos são pessoas com potencial para mudar suas vidas por via da educação e, tendo êxito, contribuem para a sociedade com sua autonomia e criticidade, para que não se repitam as falhas educacionais citadas anteriormente.

Após ingressar na UFC, em 2013, no curso de Pedagogia noturno, e frequentar as aulas, senti uma aproximação e identificação com a modalidade EJA, passando a ser de meu total interesse este tema. A identificação decorre de minha

história de vida, similar aos alunos da EJA, pois eu havia terminado o segundo grau vinte anos atrás, aproximadamente, e me reconheci nos alunos desta modalidade, apesar de ser outro nível de formação, mas da mesma forma me sentia deslocado do mundo profissional, sem uma formação específica, e sempre sonhava em aprimorar meus estudos e entrar na universidade.

Por isso, minha alegria ao passar no ENEM em 2013, em meu TCC-1, realizei uma pesquisa de campo que tinha como objetivo principal a “Interpretação motivacional dos alunos da EJA”. Neste trabalho realizei entrevistas indagando doze alunos sobre o sentido das palavras: “motivação” e “consciência crítica”. Consegui satisfazer parcialmente minha curiosidade, pois queria entender melhor como se sentia este aluno da EJA. Noventa por cento dos alunos entrevistados não conseguiram definir as palavras questionadas, o que me levou a aprofundar-me no tema.

Realizei meu estágio na modalidade EJA, com três colegas de minha turma, onde ministramos aulas diferenciadas trazendo os assuntos das aulas para as artes, como a dança, teatro, história e presenciamos uma sala de alunos sedentos por metodologias de ensino diversificadas, dinâmicas, motivadoras.

Percebemos que, em algumas disciplinas, nos dias em que só observamos a aula das professoras da instituição, o ambiente desta instituição em específico era de uma certa apatia, uma desmotivação e uma baixa autoestima dos alunos, que lutavam contra esses sentimentos, pois em algumas aulas eles se empenhavam mais em aprender e desenvolver suas potencialidades.

Vale ressaltar que existem escolas desta modalidade que fogem desta concepção de educação, que lutam contra a apatia, a inibição do aluno, que procuram promover saltos qualitativos na aquisição e construção do conhecimento.

São indivíduos que, como diria Freire (2014), são inconclusos e ainda estão engessados no mesmo estágio de desenvolvimento, não por sua culpa, mas devido ao sistema de ensino que não motiva adequadamente, utilizando metodologias defasadas. Apenas uma das professoras, que inclusive é substituta, realizava um excelente trabalho pedagógico com os educandos, dedicando sua atenção, carinho e demonstrando toda sua vocação profissional como educadora que se preocupa com o educando como um todo.

Essas experiências aguçaram minha curiosidade levando-me a pesquisar com mais profundidade sobre o tema. Temos assim, como objetivo geral buscar nas identidades pessoais e profissionais dos educandos em primeiro lugar, a possibilidade

de uma possível busca por parte do educando por uma consolidação de sua identidade pessoal e profissional, desejando tornar-se um indivíduo mais reflexivo e crítico sobre sua real condição de aprendiz, ciente de suas limitações mas também de suas potencialidades, sua capacidade de superar obstáculos e desafios que os impedem de atingir seus sonhos. Assim, procuramos identificar se, por meio de sua escolha no retorno aos estudos, possa transparecer a sua firmeza, determinação em enfrentar desafios para atingir suas metas com a finalidade de se construir como um indivíduo pleno, ciente de suas condições reais, participativo na sociedade que está inserido.

No aspecto profissional, queremos identificar se a sua escolha da profissão, visa ampliar seu horizonte profissional além do mercado de trabalho, e se esta profissão vem amparada, idealizada por uma vocação, ou seja, um desejo intenso por realizar um sonho, por uma aspiração inicial que tenha surgido em seus primeiros anos de vida. Pretendemos identificar esta busca tão determinada e consciente em lutar por sua formação profissional que lhe definiria integralmente, para assim realizar-se profissionalmente e ser um agente de mudança positiva na sociedade, e também se ele almeja outras formações continuadas que vão além da educação básica como as formações técnicas, universitárias ou até acadêmicas.

Temos como objetivos específicos: Identificar nos discursos dos alunos da EJA, as motivações e os impedimentos para a continuidade de seus estudos; Identificar, na representação dos alunos, se percebem alguma forma de situação opressiva, inibidora que, de alguma forma, possam anular seus ideais de vida; Buscar as identidades pessoais e profissionais na formação escolar dos jovens e adultos a partir de seus discurso, procurando identificar se, por meio da busca pela educação, eles almejam uma carreira profissional seguindo uma identificação ou vocação que possa lhe definir plenamente, que lhe traduzam como indivíduos capazes de pensar criticamente sobre si e a sociedade; Buscar possíveis interpretações dos alunos no que diz respeito a não fatalidade da precariedade da escola pública na modalidade EJA.

As fontes bibliográficas desta pesquisa abrangem autores como Paulo Freire (2014/2017), Rui Beisiegel (2008), Mário Sérgio Cortella (2007), Léo Fraiman (2015), Eliacy Sabóya (2012), Juan Casassus (2009) e Erik Erikson (2010).

A pesquisa de campo foi realizada em um Centro de Educação de Jovens e Adultos, (CEJA), Prof^o José Neudson Braga, situado no bairro Benfica, em Fortaleza-

CE. Nesta pesquisa de caráter qualitativo, foram realizadas entrevistas com oito alunos (as) da instituição. As entrevistas possuíam oito questões, onde o entrevistado relatava sua história de vida pessoal e escolar, o motivo do retorno aos estudos e seus sonhos. Procuramos identificar quais eram as motivações pessoais e profissionais dos educandos de EJA para o retorno dos estudos. Como também averiguar as possibilidades de inserção e/ou consolidação de sua profissão em que atua no mercado de trabalho. Dentre outras questões, foram direcionadas perguntas sobre: identidade pessoal, profissional, educação, vocação e emprego. Foram realizadas duas visitas à instituição para solicitação ao corpo gestor e oito visitas para a realização das entrevistas

No segundo capítulo teremos um resgate histórico sobre a modalidade EJA, seu contexto social, e legislações referentes ao tema. Após o final de cada capítulo anteciparemos o assunto seguinte, sempre com o intuito de intercalar pensamentos opiniões e reflexões sobre esta modalidade de ensino.

Procuramos sempre respeitar a particularidade de cada entrevistado (a), com relação a falas de suas histórias pessoais, pois cada relato carrega em si experiências pessoais que tem um significado todo especial para cada um deles. Da mesma maneira que a modalidade de educação EJA precisa de toda atenção, cuidado no tratar e principalmente no processo educativo de aprendizagem e ensino.

Da mesma forma, respeitaremos a instituição pesquisada pois seu corpo docente não tem culpa pela falta de suas metas ou cumprimento de diretrizes curriculares advindas de órgãos sejam municipais ou estaduais, em virtude da força da classe dirigente, das leis que regem a educação e dos avanços e retrocessos que se vinculam a políticas de governo, ora valorizando e mantendo o que está dando certo, ou ora eliminando projetos bem sucedidos mas que não tem tanto interesse para determinadas administrações.

Porém nunca devemos perder as esperanças pois leis existem para serem cumpridas, basta sua população ter o conhecimento e a capacidade intelectual e a motivação comunitária para exigir seus direitos.

2.- EJA: RESGATE HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO.

Desejamos realizar este resgate histórico da EJA, associando sua história à legislação que foi lhe dando organização e empoderamento. Embora tenhamos, como nação, a preocupação em educar os jovens e adultos, regulamentando as decisões, por meio de leis e decretos, ainda hoje esta educação é um dos grandes desafios a serem superados a fim de saldar essa dívida histórica que temos para com os nossos cidadãos que não contemplaram sua escolaridade básica por motivos diversos e que se encontram inseridos nas relações de poder e estão à margem dos direitos de todo cidadão brasileiro, carentes de uma formação plena, crítica e transformadora.

A título de organização para a devida compreensão deste capítulo, abordaremos os temas da seguinte forma: Serão citados por categorias; Em primeiro lugar relataremos um breve histórico da EJA e algumas campanhas realizadas no âmbito da modalidade EJA; em segundo as leis e algumas orientações constantes em duas constituições brasileiras, a Carta Magna de 1824, a de 1934 e 1988; por terceiro alguns pontos da Conferência Internacional da VI Confitea Brasil+6; e num quarto momento alguns Fóruns Estaduais e Nacionais de EJA. Serão assim abordados em virtude dos eventos terem datas cronológicas bastante alternadas em suas leis, programas e fóruns.

2.1- Histórico e Campanhas.

Temos conhecimento do embrião educacional da educação brasileira, desde a educação para a doutrinação religiosa no Brasil Colônia, até os primeiros tempos do império, quando as doutrinas liberais dominavam a Europa. O Brasil teve um período de grande desenvolvimento econômico já nos fins do século XIX, pois a realidade social da época já destoava das práticas sociais e principalmente econômicas do país, como nos mostra Beisiegel (2008, p.17):

As ideias de educação para todos surgiam como um componente indispensável à coerência interna de um sistema de ideias que advogava a universalização dos direitos e, à semelhança de outros direitos universais então incorporados às leis do país, também não encontravam respaldo nas condições de vida coletiva da sociedade escravocrata e da economia colonial.

Porém, não significa dizer que este desenvolvimento aparente era estendido em sua plenitude com serviços públicos e de assistência completa ao cidadão, as classes mais populares, pois a maior parte da população à época, era predominantemente agrária, centrada no escravismo, sem direitos civis garantidos por leis, sem condições de

vida digna, ficando a educação exemplar restrita às elites latifundiárias brasileiras e os homens livres da cidade. A educação popular à princípio, possuía uma dupla função, segundo Beisiegel (2008, p.19):

...era ao mesmo tempo um componente intrínseco à sociedade que se pretendia realizar e, também, o principal instrumento de preparação dos homens para a construção dessa ordem social particular. Todo o cidadão teria o direito à educação e o dever de preparar-se para poder atuar na construção do futuro desejado.

Ou seja, o Estado, como instituição provedora no dever de promover a educação dos cidadãos, exigia sua escolaridade básica como um direito individual, mas esquece-se dos outros direitos básicos de sobrevivência tais como: saúde, lazer, liberdade e dignidade humana.

É importante salientar que esta modalidade de educação teve seu desenvolvimento predominantemente pelo setor público, com pouca atuação do setor privado, o que aconteceria somente anos posteriores, e sempre se basearam em políticas de governo. Após a crise mundial dos anos vinte e a revolução de trinta, o papel do Estado na educação teve uma nova configuração, quando o Governo Federal resolve interferir de forma direta na vida social, política e econômica da nação, segundo Beisiegel (2008, p. 22):

...criam-se inúmeros outros órgãos administrativos e técnicos, nas diferentes áreas de atividades do poder público. As atividades oficiais no campo de ensino, neste período, também aparecem marcadas pela tendência à centralização e pelo conseqüente aumento de complexidade dos órgãos técnicos e administrativos.

Ao chegar os anos 40, o país atingiu altos índices de analfabetismo, levando seus dirigentes a empenhar-se na tentativa de erradicar o analfabetismo e trabalhar com a educação de massas com o intuito de promover no educando a consciência de sua necessidade individual de sua formação escolar básica, procurando assim a extensão do ensino em um projeto mais amplo de aperfeiçoamento da sociedade segundo Beisiegel (2008, p.29):

A educação de Base era entendida como o processo educativo “destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura – como a leitura, a escrita, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene – e com as quais, segundo suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social”.

Diversas foram as iniciativas na implantação de programas educacionais no âmbito nacional, principalmente a partir das décadas de 40 e 50. De acordo com Haddad/Di Pierro *et al.* (apud LUSTOSA *et al.*, 2010, p.10), em 1947 o governo criou o Serviço de Educação dos Adultos (SEA), que tinha como um de seus objetivos coordenar os planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos.

Nesta primeira Campanha de Educação de Adultos, o governo propunha a alfabetização dos adultos em três meses, oferecendo um curso primário, capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. Estas primeiras iniciativas tinham objetivos excelentes, procurando levar a educação de base a todos os brasileiros. Beisiegel (2008), nos conta que elas tinham a proposta de não só alfabetizar mas também estimular a leitura, reflexão e pensamentos sobre os valores sociais, cívicos e morais.

Na década de 50, promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, tem início a Campanha de Educação de Jovens e Adultos (CEAA), que foi importante para a criação de infraestrutura nos estados e municípios com a intenção de atender aos jovens e adultos. A partir dessas novas reformulações educacionais sobre a EJA, ela tem uma nova reconfiguração a partir das experiências da Educação Popular, quando se começam a questionar a ordem do sistema capitalista que se apodera da educação iniciando-se assim, a articulação das organizações populares e movimentos sociais.

Temos como principal representante da Educação Popular o educador Paulo Freire que dizia: “Os homens não somente vivem, mas existem e sua existência é histórica”, (LUSTOSA, 2010). Ele compreendia a educação como uma ação política e libertadora, possuidora de um grande potencial de intervenção na sociedade.

Essas reivindicações fizeram com que o Estado Brasileiro tomasse a iniciativa para a elaboração e efetivação de políticas públicas de âmbito nacional, isto ocorreu intensamente nas décadas de 50 e 60. Dentre os movimentos sociais, vale destacar: O Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB – 1961); Movimento de Cultura Popular do Recife (1961); Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal (1961); Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE), aproximadamente entre Junho de 1963 e Março de 1964; e o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (1964).

É importante ressaltar que esta última proposta educacional de 1964, que tinha a missão de ser disseminada em todo o território nacional e que foi elaborada por Freire, tem seu embrião numa equipe de professores nordestinos no Serviço de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. A primeira pequena experiência, porém de extrema potencialidade educacional, realizada em uma casa do MCP (Movimento de Cultura Popular), na periferia de Recife e depois estendida aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, iria trazer o impressionante resultado de 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias, fato que despertou a opinião pública, mas que infelizmente também iria despertar a ira do governo militar, que a considerou “perigosamente subversiva”. Instalava-se no Brasil o golpe militar de 31 de Março de 1964, interrompendo todo o trabalho idealizado para a educação popular. (LUSTOSA, 2010, p.12).

Segundo Brandão (2005, p.83), o governo foi bastante autoritário, pois o governo do estado de Guanabara, por exemplo, confiscou vários exemplares das cartilhas do movimento, “Viver é lutar”, interrompendo assim as grandes metas propostas pelo plano nacional:

O Plano de ação de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos de cultura, capazes de formar, no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos. (Cada círculo educava, em dois meses, 30 alunos). Não houve tempo para passar das primeiras experiências para os trabalhos de amplo fôlego com a alfabetização de adultos.

Importante mentor da educação popular, o educador Paulo Freire, mexeu com as estruturas da educação brasileira na segunda metade do século XX. Em sua vida pessoal e profissional dedicou-se a combater a ideia da fatalidade nas práticas educativas, quebrar as ideologias e práticas elitistas no jogo de dominação cultural que vigorava no Brasil. Pregava e lutava pela conscientização do educando, quando diz em sua obra: “Pedagogia do oprimido” (2017): “A conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação”, (FREIRE, 2017, p.32), e esta ideia se cristaliza nas primeiras palavras do professor Ernani Maria Fiori presentes no prefácio desta mesma obra:

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosa que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais. (FREIRE, 2017, p.11/12).

2.2- Leis e Constituições.

Na verdade, foram diversas as ações deliberadas pelo Estado para que este se comprometesse a promover a educação primária gratuita. Já na primeira constituição imperial brasileira, na Carta Magna de 1824, no artigo 179, inciso XXXII, se reservava o direito a todos os cidadãos a instrução gratuita, embora apareça de forma implícita: “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Porém, infelizmente, a concepção de cidadania àquela época, era discriminatória, pois exercia a seletividade socioeconômica, ou seja, indígenas, negros e pobres não tinham estes direitos.

A constituição de 1934, em caráter nacional, estabeleceu a educação como um direito de todos, incluindo a família como uma das instituições educacionais, e os poderes públicos na sua função de educar. Em 02/01/1946, o decreto-lei nº 8.529, estabelece a lei orgânica do ensino primário supletivo. Seguindo a mesma configuração do ensino primário fundamental, a formação era voltada para adultos e adolescentes, com dois anos de duração em disciplinas obrigatórias.

A LDB de 1961, por meio da lei nº 4024, não traz regulamentações específicas sobre a Educação de Jovens e Adultos, mas em seu Título I, Artigo I, letra a, consta como uma de suas atribuições: “ Desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum”. Porém são vagas referências ao tema da EJA, com certo descaso, omissão e descontinuidade das ações para esta modalidade de ensino. Quando se fala na formação da personalidade do indivíduo, entende-se uma formação plena realizada no período correto de sua escolaridade.

Tal é a importância de uma educação integral para qualquer indivíduo que, se fosse efetivado esta educação exemplar logo do início da vida de todos, na educação básica, seria uma consequência natural termos crianças formadas integralmente nos seus aspectos culturais, cognitivos e afetivos, todas integradas à prática do bem comum, e tendo acesso aos bens comuns da sociedade, inseridas verdadeiramente no contexto social de desenvolvimento pleno, e aí não teríamos tantos alunos de EJA sem noção exata de suas condições específicas da sua escolaridade e de suas potencialidades de emancipação por via da educação. Também temos na letra f: “ A preservação e expansão do patrimônio cultural ”.As ciências são frutos da inteligências humana coletiva, produção cultural esta que deve ser disponibilizada para todos, sempre num processo de reconstrução e preservação.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização, Mobral (1967), surgiu com a lei nº 5.379, com a proposta de erradicar o analfabetismo. Nos anos de 68 e 71 foram elaboradas respectivamente as LDB'S de nº 5.540 e 5.692. Esta última que, no auge do regime militar, no governo de Médici, estabeleceu o Ensino Supletivo, ganhando um capítulo com cinco artigos. Tinham a meta de reduzir a defasagem educacional para com os alunos adolescentes e adultos que não puderam concluir seus estudos na idade apropriada.

A Lei 5.692, da LDB de 1971, traz regulamentações sobre o ensino supletivo. Tem em seu Cap. VI Art.24, suas finalidades: “Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adulto que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”. Mais adiante, na letra b: “Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte”. Estamos falando da década de 70, período militar, onde houve a integração das políticas educacionais aos planos de desenvolvimento e segurança nacional, ligados à defesa de Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país. A prioridade era formar uma mão de obra de nível elementar e médio para ocupar os postos abertos oriundos da produção nacional.

O governo militar promoveu uma grande reforma educacional às avessas, eliminando as disciplinas de Grego e Latim, fundiu Geografia e História, que à época eram consideradas desnecessárias. Ao se eliminar o caráter humanista da educação, priorizava-se a educação Tecnicista, pois o importante era fazer e não pensar.

Resta saber a que ponto as políticas de Estado podem influenciar nas decisões das políticas de governo, pois quando se criam políticas educacionais que visam apenas uma parte da formação do indivíduo, corre-se o risco de se negligenciarem as outras formações humanas ligadas às reflexões mais questionadoras, como a formação crítica do indivíduo sobre as relações sociais de poder. Estas políticas se transformam então em políticas assistencialistas de massa. Outra prática que ocorre e que prejudica a educação é quando, nas sucessões governamentais sejam elas em qualquer esfera administrativa, municipal, estadual ou federal, os governantes que assumem nem sempre querem continuar uma política que está trazendo resultados positivos, embora por vezes seja a longo prazo.

A Constituição de 1988, rege oferecer, (Art.208, I), “*ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegura inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele*

não tiveram acesso na idade própria”. É extremamente importante o Estado garantir este acesso da educação para esta população, pois de nada adianta termos leis mas que não cumprem seu papel jurídico, tal como se registra na própria Constituição Federal de 1988 no (Art. 208, §1); “ *O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo*”. (COSTA, MACHADO, 2017, p. 63).

Em 1996 a EJA é reconhecida como uma modalidade de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB nº 9.394/96, artigo 37), “*A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria*”. (COSTA, MACHADO, 2017. pág. 69). No entanto, foram destinados apenas dois artigos para essa modalidade de ensino, diferente do que aconteceu na lei nº 5.692/71, instituída em plena ditadura militar.

É interessante perceber que, embora algumas medidas sejam tomadas para a erradicação do analfabetismo no Brasil, com vastos recursos financeiros e sistemas de avaliações eficazes, nem sempre as expectativas correspondem ao que foi planejado.

O programa “Brasil Alfabetizado”(PBA), implantado em 2003, estabeleceu o atendimento prioritário a municípios que apresentavam altas taxas de analfabetismo, e foi criado no governo de Lula, por meio do decreto nº 4.834, perdurou de 2003 a 2010, e tinha como ideia uma mobilização nacional para atuar no campo da alfabetização de jovens e adultos.

Estudos realizados mediram a eficácia do programa, analisando resultados referentes à aquisição de habilidade de leitura, escrita, numerização, e principalmente a continuidade dos educandos em seus estudos, numa constante avaliação na viabilização do programa. Foi comprovado a baixa expectativa da continuidade dos estudos, fator que foi em comum nas faixas etárias dos alunos acima de 61 anos e aqueles entre 46 e 60 anos, tal como nos relata Costa e Machado (2017):

Esses alfabetizandos alegavam buscar as habilidades de leitura e escrita apenas por uma realização pessoal e contribuição em atividades cotidianas, como reconhecer o itinerário do transporte coletivo ou ainda ler a bíblia. (COSTA, MACHADO, 2017, p.121).

Fatores outros também foram registrados entre os alunos nas faixas de 15 a 29 anos, e os entre 30 e 45 anos, tais como a necessidade de trabalhar para garantir sua sobrevivência, a busca pelo trabalho precarizado, mobilidade de moradia, etc. Assim

tem-se uma série de motivos para a desmotivação do educando para que ele consiga chegar a seu objetivo, em suas perspectivas futuras sobre formação profissional.

Esta não complementaridade dos estudos pode acarretar futuros problemas como o não entendimento pleno das leis e normas sociais que regulam o exercício de sua cidadania, seus deveres, mas principalmente nos seus direitos como cidadão. Esta é uma prática social que tem relação direta com seu bem estar social em todos os aspectos de sua vida e na tomada de suas decisões. E quando delegamos a alguém (Dirigentes da nação), a função de decidir, nem sempre teremos a certeza de que este alguém pensará em nós, a não ser de acordo com as circunstâncias e seus interesses.

É importante ressaltar as primeiras orientações da LDB de 1996, no seu Título II, artigo 2º, sobre os princípios e fins da Educação Nacional:

Art.2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (COSTA, MACHADO. 2017 , p.65)

Assim, a educação é dever da família e principalmente do Estado, pois se alguém chegou à EJA, é porque o Estado falhou em suas obrigações como unidade gestora e fornecedora do direito à educação formal, inclusive para alertar o cidadão de sua obrigação e direito social à educação básica, além de uma outra série de direitos que possibilitariam esta formação educacional.

Abrange direitos que envolvem serviços básicos para a dignidade humana tais como: saúde, saneamento básico, segurança, lazer, moradia, sobrevivência, oferta de emprego, mobilidade, acesso à escola, etc. Se um cidadão não tem a mínima condição de ter sua dignidade social garantida, dificilmente terá acesso à escola, na fase correspondente à sua faixa etária, e conseqüentemente não terá continuidade nos seus estudos. Estará sempre em desvantagem em relação aos outros que por motivos diversos sempre tiveram oportunidades ou favorecimentos para atingir suas metas e realizações pessoais e profissionais.

A lei 9.394/96 , em seu Artigo 37, Seção V, tem a preocupação em ofertar a escolarização articulada à educação profissional, por meio do inciso§ 3º; “A Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei 11.741, de 2008)”. Resta saber se esta oferta realmente acontecerá e se a contento do educando a nível de uma formação crítica

e emancipadora. Também no Título III sobre o Direito à educação e do dever de Educar, item VII, consta:

VII - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (COSTA, MACHADO, 2017, p.69).

Quando o Governo cumpre seu papel de gestor e provedor de oportunidades mínimas de direitos sociais, o indivíduo fica capacitado a buscar suas oportunidades tornando importante esta formação de mão de obra minimamente qualificada para suprir as demandas da indústria e do comércio, promovendo o ajustamento do indivíduo à sociedade vigente, conformado e resiliente com relação às demandas impostas. Daí pode surgir o cidadão conhecedor de sua realidade, crítico nas suas interpretações de mundo e capacitado a mudar seu histórico para estágios mais avançados por via do conhecimento.

Porém, muitas vezes as mudanças, por vezes são aplicadas de maneira sutil, com um caráter muito prático, mas sem um componente reflexivo em termos de legislação. O que tem acontecido com a EJA nos últimos anos? Os direitos continuam sendo garantidos por lei, mas muitas escolas fecharam no Brasil, reduzindo a oferta e destituindo direitos, tal como se verifica no (Portal G1, 2019):

Na última década, o Brasil viu o número de escolas de educação básica aumentar 12%, de 255.445 para 286.014. No mesmo período, porém, o número dessas escolas que oferecem o ensino de jovens e adultos (EJA), do ensino fundamental recuou 34%, segundo um levantamento feito pelo G1 na série “Adultos sem diploma”.

Segundo dados do INEP, em 2009, 37.334 escolas tinham turmas de EJA no fundamental, e em 2018 esse número chegou a 24.658 escolas. O Ceará ilustra bem a redução de matrícula, pois segundo também o INEP, num infográfico elaborado em 12/12/2019, o índice cearense com relação à redução de oferta das turmas de EJA, chegou a 54,1%. Em 2017, o número de jovens matriculados no ensino fundamental foi de 2.917 pessoas, representando uma perda de 33%, em relação ao ano anterior, que foi de 4.377 alunos. Em Fortaleza, muitas salas de aulas foram fechadas e temos atualmente 84 pólos de EJA, e no estado, são 32 casas de CEJA, (9 em Fortaleza e 23 no interior).

2.3- A VI Confintea no Brasil e a EJA.

A Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA), realiza encontros internacionais desde 1949, tendo sua primeira edição na Alemanha. Promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), seu objetivo é “ Debater e avaliar as políticas implementadas em âmbito internacional para essa modalidade de educação e traçar as principais diretrizes que nortearão as ações neste campo”. (CONFITEA, Brasil+6).

A VI CONFITEA, realizada em 2009, na cidade de Belém do Pará, foi um grande debate internacional, em que os países participantes assumiram o compromisso de pôr em prática o direito de todo cidadão no que se refere a uma educação plena, contínua e permanente. Neste documento, esta questão é tratada como “Educação e aprendizagem ao longo da vida”. Para que este evento ocorresse houve trinta e três reuniões preparatórias a VI CONFITEA, onde teve a participação de universidades, gestores, alunos, organizações não governamentais. Durante a realização desta conferência mundial, foi aprovado o “Marco de Belém”, que assim determinou:

Por esse motivo, o grupo de trabalho (GT), encarregado do planejamento e da organização da VI CONFITEA Brasil+6, resolveu atualizar o Documento Nacional Preparatório, considerando as alterações na Política Nacional de Educação que resultaram da realização das Conferências Nacionais de Educação, da publicação do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas e da aprovação do Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024. (MEC, 2016).

A educação de jovens e adultos, segundo o documento, é compreendida numa concepção mais ampla, expandindo o saber, com a construção do conhecimento para além das atividades cotidianas, necessitando que as políticas públicas atinjam seus objetivos, proporcionando uma educação emancipadora, assim citam ele os princípios da educação popular:

São eles: emancipação e poder popular; participação popular nos espaços públicos; equidade nas políticas públicas fundamentada na solidariedade, na amorosidade; conhecimento crítico e transformação da realidade; avaliação e sistematização de saberes e práticas; e justiça política, econômica e socioambiental. (MEC, 2016, p.24).

As CONFITEA’S já ocorreram nos seguintes países: Alemanha (1949), França(1961), Japão(1973), Canadá(1985), Dinamarca(1997), e Belém (2009).

2.4- Fóruns da EJA.

Após a constituição de 1988, no período de redemocratização, quando essa restituiu o direito de votos aos analfabetos, ao ensino fundamental público e gratuito, criou-se no Brasil uma expectativa no que diz respeito aos compromissos assumidos em âmbito internacional. Prova disso foi a participação do Brasil na Conferência Mundial de educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), em que vários países e instituições estabeleceram iniciativas para atender as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

Porém as políticas públicas da década de 90 não corresponderam às expectativas da Conferência de Jomtien, em virtude de interesses e orientações neoliberais. Assim, procurou-se estabelecer uma política com novas metodologias, com a universalização de um ensino fundamental de qualidade. Com a intenção de incrementar a educação nos países em desenvolvimento, procurando fortalecer a cidadania e a formação cultural da população, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), junto com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), promovem conferências para uma discussão nacional sobre o assunto. Surgem os Fóruns Nacionais e Estaduais de EJA, como nos relata Lustosa (2010, p.14):

Silva (2005), destaca no cenário de contribuições para a educação de jovens e adultos, a constituição dos Fóruns de EJA, que surgiram no Brasil em 1996, quando os países se preparavam para participar da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA).

Em 1998, Minas Gerais implantaram seu Fórum Estadual, sendo seguida pela Paraíba e Rio Grande do Norte. Estes encontros foram de extrema importância para reavivar os debates sobre a modalidade EJA, assim eles se intensificaram, levando Curitiba a promover um encontro, patrocinado pela UNESCO, para a socialização da V CONFITEA. A partir daí, veio a decisão de realizar o primeiro Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), realizado no Rio de Janeiro, em 1999, onde participaram os Fóruns do Rio, Minas, Espírito Santo, Rio Grande do sul e São Paulo.

É importante salientar a necessária articulação dos movimentos sociais ligados à educação para a garantia dos direitos do cidadão no que diz respeito à sua educação. Na década de 90, o MEC se ausenta da obrigatoriedade de articular a política nacional para a EJA, levando os Fóruns a buscar articulações e parcerias com diversos segmentos educacionais da sociedade, dentre eles: Universidades, sistemas S, movimentos sociais, sindicatos, grupos populares, educadores e educandos.

3. OS SUJEITOS DA EJA SEGUNDO TEÓRICOS.

Neste capítulo abordaremos alguns conceitos elaborados por alguns pensadores sobre o perfil dos alunos da EJA, suas lutas, aspirações, impressões sobre sua própria personalidade, depois relatarei alguma das minhas experiências nos estágios que realizei durante o meu curso de graduação em Pedagogia e relacionarei com as definições dos teóricos. Também será abordado o tema da “consciência crítica”, à luz teórica de Paulo Freire (2014/2017), Casassus (2009) e Erikson (2010).

A EJA tem um público bastante diversificado, com idade a partir de 15 anos para o fundamental e 18 anos para o ensino médio. São homens, mulheres, jovens, idosos, geralmente oriundos de uma mesma classe social, de baixa renda, que tem em suas práticas sociais, uma preocupação e prioridade na sua realidade com relação à sua sobrevivência, moradia, alimentação, saúde, ficando o lazer condicionado às suas práticas familiares e religiosas, e a educação parcialmente isolada de suas intenções pessoais e profissionais. Buscam eles a satisfação de suas necessidades particulares e imediatas. Ler o letreiro do ônibus, a bula do remédio, conseguir um emprego melhor, pois assim eles participam da sociedade letrada com um básico domínio da escrita e leitura.

Porém tem eles, um saber cotidiano repleto de ricas experiências e atitudes reflexivas, que necessariamente não é direcionado restritamente às necessidades básicas, podendo ser estimulado e desenvolvido para as etapas seguintes do raciocínio lógico, abstrato que darão suporte para a construção do conhecimento científico. Esta construção inicia-se com a valorização do saber sensível do educando, nos ensina Saboya (2012, p.11).

Olhar, escutar, tocar, cheirar e saborear são as aberturas para nosso mundo interior. Ler e declamar poesia, escutar música, ilustrar textos com desenhos e colagens, jogar, dramatizar histórias, conversar sobre pinturas e fotografias são algumas atividades que favorecem o despertar desse saber sensível.

Por isso, é importante ampliar o conceito de educação para além da necessidade de saber relacionar-se na sociedade ou inserir-se no mercado de trabalho, tal qual se registra no contexto de debate do PNE, que ocorreu no Conselho Nacional de Educação. Procurando entender as funções da EJA como modalidade de educação, além da função reparadora da EJA, consta no Parecer n. 11/2000, segundo Costa/Machado (2017, p.74);

A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito tem a ensinar para as novas gerações (p. 10). [...] Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora (p.11).

E nos fala, inclusive, do sentido da EJA, citando o caráter incompleto do indivíduo, nos lembrando de Freire:

Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para uma educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (Costa/Machado, 2017, p. 76).

É totalmente compreensível a prioridade das necessidades básicas para qualquer um, porém temos que questionar quem gera essa situação, de ter a sobrevivência como prioridade e esquecer-se do resto, como cultura, lazer, educação digna e bem estar social. Nesta situação estão embutidas as relações de poder em que o Estado se ampara, se nutre e, de acordo com o seu interesse, libera os benefícios em pequenas doses para a população.

Para combater essa situação, além de uma gestão governamental que se preocupe de verdade com a população em seus direitos civis, torna-se necessária a criação de uma proposta pedagógica que torne o sujeito capaz de assumir-se como indivíduo sociocultural, ativo na sociedade e na construção de seu viver, aliada a uma mobilização nacional com força de combate, claro conhecimento sobre o tema para uma correta argumentação no requerimento de direitos durante uma negociação. São considerações que já foram abordadas por várias instituições, dentre elas, a UFC:

Ao considerarmos as necessidades e especificidades dos educandos da EJA (pessoas trabalhadoras, jovens, idosos excluídos socialmente e economicamente), buscamos valorizar o caráter social e também produtivo dos sujeitos históricos e sociais. Assim, estaremos diante de uma perspectiva integradora que tem como base práticas voltadas as temáticas do mundo do trabalho e questões da vida social, pensando no que Freire aponta como a condição humanizadora da educação. (UFC, Módulo I. 2012 p.17).

Tão contundente é esta situação de opressão por parte do Estado, que o aspecto econômico e político tornam-se peças chaves da estrutura educacional do país, como nos mostra o documento da VI CONFITEA:

A EJA é constituída predominantemente por jovens e adultos residentes nas periferias. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza do país, consequência do processo de

exclusão social ocasionado pelo sistema capitalista. Nas periferias urbanas, encontram-se indicadores e situações humanas degradantes, dentre as quais: condições precárias de moradia, de saneamento básico e de trabalho; equipamentos públicos insuficientes, como postos de saúde, escolas, praças e áreas de lazer; além dos crescentes índices de violência e desemprego. (MEC, 2016, p.74).

Assim como é complexo o sistema de exclusão em que os jovens e adultos que vivem principalmente nas periferias são submetidos, difícil também é o processo de retorno às aulas, e a permanência deste aluno na escola, o que irá depender de vários fatores, desde a estrutura da escola, sua metodologia e receptividade, até sua capacidade de superar as dificuldades e ter motivação para atingir seus objetivos e metas pessoais e profissionais.

Dentre os fatores que fazem com que eles deixem a escola antes de finalizar o processo educativo, tem mais frequência a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, assim como também, a mudança de cidade para a conquista de novas oportunidades de vida e profissão.

Um dos aspectos de extrema importância, principalmente para nós educadores, é a compreensão de que, na maioria das vezes, a EJA compõe-se de pessoas com baixa autoestima, em virtude, por exemplo, de exclusão familiar, traumas, e a escolaridade incompleta. Segundo Saboya (2012), os alunos da EJA passam por um processo de reformulação de sua vida ao ter a iniciativa de retornar aos estudos. Esta decisão afeta e envolve toda a família, suas particularidades na relação com seu padrão, e a avaliação de custos e possibilidades para a mobilidade para a escola.

Os alunos tem a esperança de melhora pessoal no retorno aos estudos, tal como nos conta Saboya (2015, p.13); "Grande parte dos alunos jovens e adultos que buscam a escola, esperam dela um espaço que atenda suas necessidades como pessoas e não como apenas alunos que ignoram o conhecimento escolar."

Por isso é enriquecedor e motivador, a atitude daquele que procura o retorno aos estudos por iniciativa própria a fim de concluí-los, mesmo que, numa concepção pragmática, ele busque esta educação para conseguir um emprego ou uma qualificação melhor em sua atividade profissional, mas que também possa ser motivado e despertado para ampliar seu horizonte intelectual para questões mais abrangentes de vida.

Quando novas metodologias de ensino e aprendizagem são utilizadas nas salas da EJA, amparadas na multiplicidade de saberes e experiências próprias dos educandos, este aprendizado pode ser despertado para a existência pessoal mais

completa. Ou seja, além das atividades pré-reflexiva, raciocínio lógico, reflexão, análise, abstração, ele pode ter acesso a todos os bens culturais existentes na sociedade, teatro, música, pintura, dramaturgia, poesia, literatura e muitos outros, porque estas produções culturais dizem respeito às diversas perspectivas de interpretação numa interação muito rica de significados.

A sua própria vivência, com suas responsabilidades e seu contexto social, lhe proporciona uma bagagem cultural própria de sua região, de sua cultura específica, que vão lhe servir de suporte e um valioso subsídio para superar a percepção do senso-comum, ou de algum idealismo que porventura venha para lhe privar de qualquer manifestação cultural. Assim, a oferta dessa diversidade nas metodologias pedagógicas evita que o processo de ensino e aprendizagem fique metódico e desinteressante.

Pude perceber, quando cursei a disciplina TCC 1, que a escolaridade, para muitos alunos da EJA, era limitada a uma etapa, um simples degrau para atingir outro objetivo, o emprego. Durante as entrevistas, foi indagado aos educandos sobre o significado dos termos “*Motivação*” e “*Consciência crítica*”, e sua importância para a formação educacional de cada um. Noventa por cento dos educandos não souberam definir precisamente as palavras propostas, relatando poucas percepções sobre a importância da educação como um todo, como uma oportunidade única de construção plena por meio do conhecimento nos seus aspectos pessoais e profissionais.

Ou seja, são aspirações limitadas, sem uma conscientização social mais ampla, correspondendo à consciência transitiva, definida assim por Beisiegel (2008) como uma consciência não crítica por ter aspectos e formas culturais características da ideologia desenvolvimentista da década de 60. Seria a consciência transitiva ingênua, que se caracteriza pela simplicidade na interpretação dos problemas sociais da sociedade, pela transferência da responsabilidade e da autoridade a outros, gerando um conformismo fatalista nas relações sociais como um todo.

Daí minha inquietação e curiosidade em pesquisar com mais precisão, por meio do depoimento dos educandos, as suas impressões sobre a sua consciência crítica, sua situação educacional, causas, efeitos e perspectivas futuras, momento em que estes pensamentos poderiam levá-los à seguinte reflexão: “Tenho a consciência de que a formação educacional básica é um primeiro estágio para gradualmente atingir níveis mais complexos por meio da educação, e assim concebê-la como um instrumento de mudança e aperfeiçoamento pessoal, intelectual e profissional e principalmente como uma oportunidade única para exercer o letramento do mundo como um todo, numa

interpretação que valorize mais a criticidade, motivação, possibilidades e oportunidades de vida?”.

Por meio desse viés crítico, o cidadão poderia ter a noção exata do seu potencial de transformação social, de sua capacidade individual, mas principalmente coletiva para lutar contra toda uma estrutura elitista que o impede de realizar seus sonhos e desejos. A simples possibilidade de mudança, para alguns, é tão surreal e distante, que chega a nos assombrar, tal como Freire (2014) nos orienta como futuros pedagogos, sobre os saberes necessários para a prática educativa, em sua obra, “Pedagogia da Autonomia”, (2014):

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. (FREIRE, 2014. p. 74).

Também em minha experiência no estágio de Educação de Jovens e Adultos, pude perceber a curiosidade dos alunos ao iniciarmos a aula da nossa equipe de alunos da UFC, pois promovemos aulas diferentes, com dança, música, teatro, e este olhar curioso do educando na EJA remete à noção do “*olhar*” do educando que explora, investiga e pensa. Por meio desse olhar curioso, pode-se trabalhar a vasta experiência dos próprios educandos e ampliar seus conhecimentos.

Para vermos o mundo “*sendo*”, e nós também, no mesmo processo, “*sermos*”, numa construção contínua de crescimento pessoal e profissional, precisamos exercer a nossa consciência mais plena, livre de qualquer amarra que limite nossa atuação no exercício da cidadania. A consciência e seus estágios foram estudados por vários pesquisadores, dentre eles, Paulo Freire.

Para Freire (2017), um educador de tradição marxista e praticante da teoria da libertação, a consciência crítica é o último dos estágios de desenvolvimento intelectual e cognitivo em que o indivíduo adquire a sua responsabilidade social e política, em que, tanto a escola como o Estado são responsáveis por este processo, possibilitando ao indivíduo a apropriação do conhecimento para contestar, exigir seus direitos, caracterizando a práxis libertadora de sua pedagogia. Assim define Beisiegel (2008), a transitividade crítica:

...uma profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição das explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os “achados” e se dispor sempre a revisões. Por despir-se ao máximo de preconceitos na

análise dos problemas. Na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações. Por negar a transferência das responsabilidades. Pela recusa a posições quietistas. Pela aceitação da massificação como um fato, esforçando-se, porém, pela humanização do homem. Por segurança na argumentação. Pelo gosto do debate. Por maior dose de racionalidade. Pela apreensão e receptividade a tudo o que é novo. Por se inclinar sempre a arguições. (BEISIEGEL, 2008. p.102).

A consciência, este estado psíquico do ser humano, segundo Cassassus (2009), é um fenômeno que ocorre no indivíduo, em que ele se dá conta do que lhe acontece. É resultado das sinapses neurológicas, configura e define o indivíduo nos seus aspectos físico, emocional e racional. Para ele, é uma ferramenta de transformação, pois existe um processo progressivo quando o homem tem consciência de seu corpo, suas emoções e suas experiências de vida, e passa a ver aspectos e dimensões que dizem respeito à formação de sua personalidade, sua identidade.

Tal é a relevante importância que esta consciência transitiva crítica tem para a plena formação do indivíduo, que irá definir sua identidade ao longo de sua formação cultural, intelectual e psíquica. Para respaldar esta opinião, recorreremos à Erik Erikson (2010), que trabalhou com a teoria da “*Epigênese da Identidade*”. Para este psicanalista alemão, que foi responsável pela elaboração da teoria do Desenvolvimento Psicossocial na Psicologia, o desenvolvimento humano passa por oito estágios psicossociais no seu ciclo vital, e tem o princípio de que tudo que cresce tem um plano básico de desenvolvimento, e é justamente sobre este plano básico que se formam as etapas ou peças componentes para formar um todo definido e em funcionamento.

Segundo Erikson *et al* (apud CARPIGIANI *et al*, 2010), cada fase tem suas crises, acompanhada de suas maturações. Em virtude dessas fases e suas particularidades, se uma não for contemplada em sua plenitude, pode comprometer as outras fases de sua formação. Ele também afirma que a identidade é um processo de construção, em que, principalmente na fase mais importante, a idade adulta jovem, o jovem tem definidas suas identidades sexuais, ideológica e profissional. Assim ele coloca ênfase na identidade profissional, pois ao escolher uma profissão este jovem se insere no mundo adulto, no mercado de trabalho, mas também no seu universo psíquico, na sua reflexão diária de seu papel social, na sua identificação pessoal, ao perguntar-se: “*Quem sou eu?*”. Daí vem sua ideologia, sua opinião e crítica, identificando-se como: “*Sou o que faço*”, tornando-se um pré-requisito para uma existência atuante na sociedade.

Por fim, se este educando não tiver uma sólida e bem fundamentada formação profissional, com uma potencialidade crítica em seus pensamentos e ações, ciente da necessária emancipação e liberdade na conquista de suas metas pessoais e profissionais, provavelmente dará ele pouca importância às questões ideológicas, as manobras de poder que estão inseridas nas relações trabalhistas, nas relações sociais entre cidadão e Estado, e conseqüentemente entre a noção entre direitos e deveres.

Procuramos neste capítulo, situar contextualmente o aluno da EJA, sobre o processo de exclusão político social a que ele é submetido. Também relatamos as minhas experiências nos estágios anteriormente em que participei, cumprindo a carga horária que regiam as disciplinas referentes ao tema da EJA. Foram justamente as declarações dos educandos que participaram dos estágios, com suas falas por vezes instigadoras ou carentes de uma maior capacidade reflexiva, que me levaram a dar continuidade na pesquisa sobre a modalidade de ensino EJA, além, é claro, da identificação pessoal com estes educandos, pois como relatei antes, depois de muitos anos, voltei às salas de aula, com novas perspectivas de concluir minha formação educacional.

Também fizemos um breve relato sobre a questão da identidade pessoal e profissional de cada educando, aliada a uma perspectiva de leitura de mundo e de si mesmo no que diz respeito à sua emancipação humana nos seus diversos aspectos da aprendizagem, seja ela cognitiva ou emocional.

No próximo capítulo iniciaremos a transcrição dos relatos de cada educando, suas opiniões, e possíveis interpretações do mundo e de si mesmo, com a esperança de quem sabe, levantar questionamentos sobre sua situação educacional, que por sua vez, leva a questionamentos sobre as circunstâncias que fizeram com que eles chegassem até lá.

É interessante perceber que, ao fazer as perguntas a cada um, muitos deles nunca pensaram sobre tal assunto, demonstrando que, precisamos, como professores e formadores de opiniões, fomentar tais virtudes, a de sempre se perguntar porque algo acontece, quais circunstâncias e fatos ocorreram para que tal evento acontecesse, pois esta prática de autoconhecimento pode ser muito valiosa para a formação da personalidade de cada um, seja no aspecto intelectual, social ou afetivo.

4. PESQUISA DE CAMPO: A BUSCA DA CONSCIENTIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Nesta etapa inicial da pesquisa entraremos no universo rico e emotivo em experiências e sentimentos que mesclam lutas, algumas vitórias, também insucessos, são histórias de pessoas em seus retornos ao mundo da educação, que brigam pelo seu espaço no mundo, sua voz ativa na sociedade, o seu “*eu*” que lhe possibilita ser visto, notado e, principalmente respeitado.

Será abordado cada relato em sintonia com as teorias pedagógicas que buscam entender essa modalidade de ensino que tanto perdura em nosso meio educacional, denunciando que ainda não resolvemos os problemas daqueles que foram renegados a segundo plano quando se tratava de educação básica.

4.1 -Metodologia adotada na pesquisa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, na qual buscamos ouvir alunos da EJA, com entrevistas abertas. Este tipo de pesquisa tem foco no caráter subjetivo do objeto analisado, procurando entender todas as suas particularidades e experiências individuais de vida comunitária, trabalho, e principalmente formação educacional. Assim, a investigação qualitativa, baseada no discurso dos sujeitos pesquisados, procura realizar sua interpretação, analisar as relações de significado que são produzidas em determinada cultura e ideologia. Para atingir tal meta como parte do experimento científico, realizamos a pesquisa de campo, no local onde o fenômeno ocorre, nos utilizamos da observação, coleta de dados, análise e interpretações dos fatos e todas as informações relativas ao fenômeno.

4.2 -O CEJA pesquisado

A pesquisa de campo ocorreu no CEJA Professor José Neudson Braga, que fica numa escola pública, no bairro Benfica, em Fortaleza. Atendeu em 2019, 696 alunos no ensino fundamental, e 1.425 alunos, ensino médio, oriundos de diversos bairros de Fortaleza, alguns bem distantes e outros adjacentes.

Segundo a coordenação da instituição, em 2019 a taxa de abandono escolar no ensino fundamental foi de 7,8%, enquanto no ensino médio foi de 9,3%. A faixa etária dos educandos compunha-se da seguinte forma: 66% para a faixa de 15 anos até 29; 33% para a faixa de 30 a 59 anos; e por fim 1% para a faixa de 60 anos. Dentre seus alunos, 49% são do sexo feminino e 51% masculino. Tem como objetivo principal proporcionar a seus alunos a continuidade dos seus estudos correspondentes à educação básica.

Os alunos da instituição são oriundos por ordem de incidência dos bairros; Centro, Benfica, Fátima, Montese, Bom Jardim, Demócrito Rocha, dentre outros. Atendem também alunos dos municípios de Horizonte, Maracanaú e Caucaia.

Iniciou suas atividades em 1971 como núcleo de educação de jovens e adultos, por iniciativa dos alunos do curso de Ciências Sociais da UFC. Com acesso restrito inicialmente aos servidores da UFC, foi ampliando o atendimento à comunidade por meio do convênio firmado entre UFC e SEDUC em 1978. Passou à categoria de Centro de Educação de Jovens e Adultos, (CEJA), por meio do decreto nº 27.757 de 04.04.05.

Os CEJAS são escolas que integram uma das quatro categorias que fazem parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação do estado do Ceará (SEDUC). Adota o ensino semipresencial, aceita matrículas em qualquer época do ano, tem frequência flexível e valoriza a comunicação direta entre aluno e professor, num intercâmbio de saberes, experiências, cooperação e diálogo.

Os centros oferecem a escolarização nos níveis fundamental (do 6º ao 9º ano), e médio para os jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade apropriada. De acordo com a LDB (1996) na resolução nº 3 de 15.06.2010, é normatizada a matrícula para pessoas com pelo menos 15 anos de idade, já alfabetizado, para o ensino fundamental, e de 18 anos para cursar o ensino médio. Os centros diferenciam-se de outras escolas, em seu tempo de funcionamento que é de três turnos ininterruptos e nas estratégias pedagógicas, que tem a intenção de facilitar o estudo e aproximar os jovens e adultos de acordo com suas necessidades, como de locomoção, por exemplo.

4.3- Os sujeitos participantes

Foram entrevistados oito alunos, seis mulheres e dois homens. Foram abordados no pátio da própria instituição, onde são disponibilizadas mesas redondas para que os alunos possam realizar suas tarefas e estudar. A faixa etária compunha-se de: 3 alunos entre 20 e 25 anos, 1 de 26 a 30 anos, 3 de 34 a 40 anos e 1 de 45 anos. Possuem diversas profissões, dentre elas: *call center*; modelista, doméstica e serviços gerais. Dois homens são estudantes, um supervisor, e um desempregado.

3 alunos ficaram em média de 1 a 5 anos ausentes da escola, 1 deles ficou 10 anos ausentes e os 4 restantes ficaram entre 20 e 23 anos fora das salas de aula. Destes alunos, 6 estão concluindo o ensino médio e 2 o ensino fundamental.

Passaremos então, às descrições dos relatos produzidos a partir das entrevistas realizadas com eles, no período de 05/08 a 30/09/2019. A fim de preservar suas identidades será utilizada a codificação E para o entrevistado(a), seguido(a) de numeração de 1 a 8, conforme a ordem dos entrevistados, ficando assim, definido para os sujeitos participantes, os códigos de E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7e E8.

5. A IDENTIDADE DOS ALUNOS DO CEJA E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

As questões da pesquisa direcionadas aos alunos da EJA são compostas de temas como: abandono escolar, retorno escolar, ideias de vida, profissão, o aprendizado e sua importância, o mundo do trabalho, educação e vocação profissional. Duas questões estão intrinsecamente ligadas, são elas; **ideais de vida** e **vocação profissional**. Fizemos o grifo nas duas expressões por questão da minha identificação pessoal com os alunos da EJA, em virtude da proximidade de minha graduação na universidade, pois me sinto ansioso para realizar um dos meus ideais de vida, seguir minha vocação profissional, ser um professor, um profissional da educação. Em seguida serão relatados os assuntos referentes às questões, dialogando quando possível, com os teóricos sobre os temas, e em sintonia com as falas dos educandos, suas posições, questionamentos e opiniões sobre cada tema, sempre relacionando à sua vida pessoal e profissional.

5.1- Abandono escolar

Os relatos seguintes tratam do abandono escolar, suas razões, periodicidade de interrupções dos estudos e suas impressões e sentimentos sobre sua decisão. Diversos são os motivos para o abandono escolar, dentre eles estão; a gravidez precoce de jovens adolescentes, problemas de ordem familiar, ingresso no trabalho para complementar a renda da família, etc. Dentre os 8 alunos, 6 começaram a estudar no tempo regulamentar, enquanto 2 iniciaram os estudos tardiamente. O que mais se verifica como causa deste fenômeno de abandono é a necessidade do trabalho, tanto na área urbana como na rural.

Este ingresso no trabalho de maneira precoce, além de sacrificar a mais rica fase de aprendizagem de um jovem, que são os primeiros anos da educação básica, geralmente não traz muita significação como realização pessoal para este jovem, tornando-se um fardo para ele. Esta afirmação encontra respaldo nas palavras da entrevistada E1:

Comecei a estudar, fui morar na casa da minha tia, mas tive que parar de estudar porque comecei a ajudar meu tio na Ceasa, parei com 12 anos. Retornei um ano depois, mas com pouco tempo complicou de novo porque tive que voltar a ajudar meu tio de novo, então retornei meus estudos somente aos dezesseis anos.

De acordo com este relato, percebemos a necessidade que muitas vezes acomete às famílias, nos lembrando a teoria da “*Pirâmide das necessidades*”, elaborada por Maslow (PERLAD, 2011). A hierarquia das necessidades se fundamenta na ideia de que as necessidades primárias (fisiológica, alimentação, segurança, trabalho, sobrevivência), prevalecem sobre as secundárias, que tem uma relação mais próxima com a realização profissional, status social e autoestima. É interessante também a sua teoria das necessidades adicionais que foram incorporadas às já existentes, uma delas assim se explica:

Estas novas descobertas que davam conta das pessoas que já possuíam todas as necessidades satisfeitas (pouquíssimas pessoas), foram chamadas de **cognitivas**. São elas: Necessidade de conhecer e entender: Está relacionada com os desejos do indivíduo de conhecer e entender o mundo ao seu redor, as pessoas e a natureza. (PERLAD, 2011. p.27).

Desde cedo, algumas crianças e adolescentes são condicionados pelas necessidades de cada família, a contribuir com sua força de trabalho nas diversas

atividades comerciais e rotineiras do cotidiano familiar. Assim, a necessidade da renda extra advinda de todos os membros da família pode ter grande influência sobre os demais aspectos da vida humana.

Esta teoria guarda muitos pontos relevantes e questionadores para a sociedade atual em virtude da atenção que se dá ao aspecto individual de cada um sempre associado ao seu convívio social, e ao condicionamento em que ele é submetido em virtude das circunstâncias de sua vida. Com os membros de suas famílias, por exemplo, é condicionado à priorizar a procura de qualquer emprego sem levar em conta sua aspiração profissional, ou é condicionado a sacrificar seus estudos em virtude das dificuldades de acesso, horário, jornada de trabalho ou até a locomoção para a escola.

A necessidade de se inserir no mercado de trabalho precocemente prejudicando seus estudos, mostra uma necessidade da família para que todos contribuam para o seu sustento, o que não deixa de ser uma atitude louvável e digna, mas também demonstra a perversa negação do Estado ao direito da criança e adolescente de se ter uma educação básica, uma permanência na escola e sucesso contínuo nos estudos.

Embora o Estado tenha a intenção de oferecer trabalho à sua população, por meio de oferta de emprego, o que é salutar, ele encobre dois problemas graves: um deles é de que ele nem sempre fornece reais condições às famílias para se ter uma renda mínima que possibilitaria uma vida digna, com serviços públicos garantidos, e o outro é que as políticas educacionais, muitas vezes são regidas por gestões políticas que nem sempre tem a preocupação de manter o que está dando certo, numa projeção de melhora contínua do sistema educacional do Brasil, anulando formações educacionais que fomentem a reflexão e pensamento crítico.

Com esta ideologia, o Estado inviabiliza as reivindicações extremas, utilizando medidas paliativas, estratégias comerciais e políticas com o propósito de amenizar tensões entre os possíveis movimentos sociais de reivindicação, tal como foi percebido na década de 60, mais precisamente em 64, tal como nos fala Beisiegel, (2008):

A orientação do estado para o desenvolvimento, mediante a diversificação da economia e, sobretudo, pela industrialização, e a política de incorporação das massas urbanas às bases de sustentação do esquema nacional de poder,

assumiriam funções precisas, enquanto instrumentos de suavização de tensões. (BEISIEGEL, 2008, p.25).

A omissão do Estado ou sua má coordenação e gestão na educação brasileira, tem profundo impacto na vida de qualquer cidadão, tal como registramos na fala da entrevistada E2:

“Estudei até a 5ª série, depois aos vinte anos voltei à escola, era junta. Morava em uma ilha, não tinha estudo, na ilha de Sabóia, próximo à Chaval, no Piauí. Comecei a trabalhar com 12 anos, aprendi a ler e escrever com minha mãe, e escrevia muito ruim, quando entrei no colégio já sabia ler e escrever”.

Este relato mostra o lado cruel da omissão do Estado quando vira as costas às necessidades de qualquer cidadão, seja ele da capital ou do interior. Os “*direitos sociais*” da cidadania, nem sempre atingiam os setores rurais ou mais distantes dos centros urbanos. Confirmamos este fato nas palavras de Beisiegel, (2008,p.25):

Solidamente vinculados ao contexto nacional de poder mediante os mecanismos tradicionais da dominação política no campo, rústicos, destituídos de organização própria, relativamente isolados e, por isso mesmo, menos sujeitos às influências perturbadoras do “efeito de demonstração”, os camponeses, em conjunto, não emergiam a consciência dos grupos politicamente dominantes, nem enquanto uma eventual base de manobra ou de sustentação política, nem enquanto um risco real ou potencial à sua permanência no poder.

Com relação ao mercado de trabalho, percebe-se que estas primeiras inserções no mercado de trabalho, não trazem significação à formação pessoal de alguns entrevistados, são obrigações árduas e muitas vezes pesadas que sufocam e aprisionam as mentes dos indivíduos, privando-os muitas vezes de pensar em algum ideal de vida, ou qualquer outro projeto pessoal de crescimento profissional. Observando a fala da entrevistada E2, percebemos essa indiferença com relação a algum ideal de vida; “*Nunca parei pra pensar, acho que é por isso que nunca lutei, nunca senti*”.

É essencial que não se perca essa noção do caráter emancipador de uma educação fundamentada na teoria freiriana, pois esse educador, que tinha uma formação cristã militante, tinha em seu íntimo a exata noção de sua missão para com seus alunos, potencializá-los na sua formação cidadã para que pudessem transformar a sociedade, em seus pensamentos e ações; “*Nunca pretendeu desenvolver uma prática educativa neutra em face dos modos individuais de existência e das formas de organização social.*” (BEISIEGEL, 2008, p. 216).

Daí a necessidade de uma auto-reflexão que poderia surgir da mente do educando da EJA: *“Porque parei de estudar, será que eram realmente prioritárias as atividades às quais fui condicionado a exercer, como posso lutar para não me submeter á essa situação?”*.

Sabemos que o trabalho dignifica o homem, porém ele também tem que ter sua significação pessoal, de realização profissional, e para isso, é necessário que ele complete suas etapas na sua formação educacional, de forma gradual e contínua, para que assim possa atingir seus objetivos no momento adequado.

Outro fator que tem importância fundamental e está relacionado também ao abandono escolar diz respeito ao ambiente familiar em que a criança vive. Na fala da entrevistada de E7, percebemos, embora parcialmente, as dificuldades pelas quais ela passou, porque ela não relatou sobre o motivo de sair de casa tão nova:

Eu saí de casa aos oito anos, não estudei, desde a infância trabalhava, ia à escola, mas naquela época os professores não tinham paciência, eu acordava cinco da manhã, e ia uma hora para a escola, cansada, com sono, eu não tinha como estudar direito nem dentro da escola como fora, porque eu não conseguia pegar as matérias rápido e os professores apagavam logo a lousa, e em casa a patroa não permitia que eu estudasse, botava para trabalhar, ela dizia: “Quando for cinco horas é pra estar aqui de volta”.

A família e o poder público, deveriam ser um porto seguro para qualquer criança, onde ela se sentiria segura, amparada, garantida em seus direitos, porém nem todos têm esse privilégio e quando esta primeira educação familiar falha, os prejuízos são penosos e custam muito ao futuro adulto corrigir essas dificuldades. Fraiman (2015), nos fala a respeito desse assunto:

Os pais estão o tempo todo influenciando os filhos, ao expressar crenças, conceitos, preconceitos, gostos, preferências, valores, a forma como veem a escola e seu próprio trabalho. Por isso, precisamos investir cada vez mais na formação de pais conscientes. (FRAIMAN. 2015, p.303).

No subtópico seguinte prosseguiremos com a questão relacionada aos motivos que levaram os sujeitos a voltar para os estudos.

5.2.- Retorno escolar

Temos que levar em consideração vários motivos que levam os alunos da EJA a voltarem a estudar, dentre eles, o ingresso no trabalho, muitas vezes precocemente, ajudar os filhos nas tarefas escolares, ou aprender a ler rótulos, letreiros, ou seja, ser partícipe de uma sociedade letrada. Do total de educandos entrevistados, 5 retornaram por iniciativa própria, três foram aconselhadas por terceiros. Os motivos que os levaram a retornar aos estudos variam de acordo com suas histórias particulares.

O trabalho também tem seu papel relevante na motivação, e apesar das dificuldades de se conseguir emprego ou subir na carreira em que se atuam, as dificuldades não os impediram de tentar se qualificar para que não fossem totalmente excluídos das oportunidades de empregos e promoções. As dificuldades enfrentadas por esses indivíduos que lutam bravamente em retornar aos estudos são muitas e sua garra é nobre e contagiante, são pessoas que sobrevivem a duras penas para se manterem e buscar seus sonhos. Assim atesta Saboya (2015, p.13):

Nossos alunos, das classes da EJA, são muitas vezes que administram sua sobrevivência econômica: fazem “bicos”, são autônomos, circulam por diferentes profissões como auxiliares ou ajudantes de pintura, construção, serviços domésticos, venda ambulante, etc. Possuir um certificado escolar ou profissionalizante não implica em garantia de trabalho, haja vista a quantidade de profissionais que formados numa área, atuam em outra.

As iniciativas de retorno aos estudos foram geradas em função das várias preocupações pessoais de cada um. Temos como exemplo a fala da entrevistada E2:

Parei na 5ª série porque meu marido proibiu de estudar, ele era pedreiro na época, ele era ignorante. Teve uma época em que parei de estudar e não pensei mais, mas aí quando eu voltei a trabalhar fora, me relacionar com as pessoas mais inteligentes que eu, senti a necessidade de retornar, aí decidi vim pra cá.

A preocupação desta educanda se centra na sociabilidade, na relação com seus semelhantes, em virtude das diferentes formações educacionais. Cortella (2008), diz que o processo de construção do saber, está envolvido com uma ocupação prévia sobre um determinado assunto. No caso da educanda, a preocupação já existia em seu consciente, precisando só de um evento para lhe despertar a atitude para corrigir o problema detectado. Cortella (2008, p.96), nos diz que:

Não há conhecimento que possa ser apreendido e recriado se não se mexer, inicialmente, nas preocupações que as pessoas detêm; é um contrasenso

supor que se possa ensinar crianças e jovens, principalmente, sem partir das preocupações que eles têm, pois, do contrário, só se conseguirá que decorem, (constrangidos e sem interesse), os conhecimentos que deveriam ser apropriados, (tornados próprios).

Em certas ocasiões, o aspecto emotivo pesa sobre as decisões dos educandos, em especial as relações familiares, quando um de seus membros muito querido lhe mostra a necessidade de mudança pessoal para seu próprio bem, como neste relato de filha para sua mãe da entrevistada E8:

...e minha filha de doze anos, quando eu não soube ensinar a tarefa para ela, ela dizia: “Mamãe, porque a senhora não volta a estudar, a senhora não paga ninguém para me ensinar, como a senhora vai me ensinar?”. Eu fiquei muito triste na hora, mas hoje eu dou graças a deus por ela.

Talvez se este comentário não viesse de sua filha, não teria tanto impacto sobre a educanda, não teria um significado tão especial e não provocaria uma reação tão imediata na mãe, pois os processos emocionais em nosso organismo atuam de formas variadas dependendo de sua origem, das circunstâncias e de que maneira o receptor os assimila, tal como nos explica Fraiman (2015, p.51):

Algo nos toca, nos mobiliza, atribuímos a isso um significado e sentimos algo, daí se expressa uma emoção, que é o que externalizamos, é a tradução de um processo cognitivamente mediado. A cognição avalia o estímulo, a resposta e as consequências do que externamos.

Outro educando, E4, estava com a preocupação em agilizar seus estudos em virtude de seus sucessivos atrasos nos estudos, motivos estes que não foram revelados. Segundo suas palavras seu foco seria o concurso; *“Como eu perdi muitos anos, eu quis fazer supletivo para andar mais rápido no ensino médio, porque quero fazer concursos”*.

As preocupações geram motivações ligadas às vontades de aprender, são sentimentos muitas vezes bem intensos, são interesses pessoais, profissionais ou sociais e que encontram significado no processo de aprendizagem, podem até serem produtos da demanda que a sociedade impõe a cada um nos seus papéis sociais, mas que não deixam de ter seu valor de superação e conquista. Reconhecemos esta luta nas palavras da educanda E7:

Voltei a estudar aos vinte e um anos, era mãe, tinha filho, ele me dizia que eu não era capaz porque eu não guardava informação, parei de estudar, agora eu

voltei, porque a memória começou a falhar muito e as pessoas diziam: “Volta pra escola que você consegue”, às vezes, eu penso, “vou parar”, porque não me acho capaz, mas eu retornei agora por iniciativa própria pensando nos meus filhos.

É interessante e instigante a busca incessante de algumas pessoas pela sua completitude pessoal, seja ela ligada à personalidade ou ao aspecto profissional. E principalmente quando há uma defasagem considerável nos estudos deste indivíduo. Freire, (2017), em sua obra: “*Pedagogia do oprimido*”, nos relata sobre o indivíduo que se reconhece inconcluso, que busca o “ser mais”, como seres históricos que estão sendo, e que, num determinado momento, desenvolve sua criticidade, lutando contra os desafios, diz ele:

A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista, cede lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la. (FREIRE,2017, p.104).

Daí a concepção política de educação elaborada por Paulo Freire, quando seu maior objetivo era conscientizar o aluno, ele dizia que, enquanto a escola conservadora procura acomodar os alunos ao mundo existente, a educação que defendia tinha a intenção de inquietá-los. A Educação é inerente ao ser humano, seja no seu aspecto individual ou coletivo. Sem esta prática social não teríamos como ter a sociedade como a temos hoje, com suas práticas, crenças, cultura e produções científicas. Ela é formadora do ser enquanto cidadão e não pode ser negada, negligenciada ou desvirtuada. Brandão (1985) nos dá uma noção precisa sobre a abrangência deste fenômeno social:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela; para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar, para saber, para fazer, para ser ou para conviver; todos os dias, misturamos a vida com educação. Com uma ou com várias. (BRANDÃO, 1985, p.7).

No subtópico seguinte trataremos sobre os sonhos cultivados pelos sujeitos da pesquisa.

5.3. -Ideais de vida

Foi indagado aos entrevistados sobre suas primeiras aspirações, sonhos e ideais sobre sua formação profissional, desde suas primeiras formulações nas primeiras idades sobre as diversas profissões até a atualidade, com seu retorno às aulas. Dos educandos entrevistados, 6 nunca pensaram sobre este assunto nos seus primeiros anos de estudo, enquanto 2 tinham em mente o que queriam fazer. Atualmente, dos 8 educandos, apenas 3 pensam em seguir uma profissionalização determinada seguindo suas preferências pessoais.

Percebe-se um baixo número de indivíduos que almejam alguma profissionalização em sua formação educacional, ou seja, por diversos motivos, este projeto de vida ficou esquecido ou foi postergado para ser, quem sabe um dia, despertado em algum “*insight*” particular muito especial.

Segundo Freiman, (2015), o projeto de vida vai mais além do que um planejamento de metas pessoais e profissionais, ele define as suas mais nobres e valiosas decisões acerca de si e das relações que estabelecerá com a vida nas mais diversas áreas, fala também de um projeto de vida em um mundo líquido:

Projeto vital é uma intenção estável e generalizada de alcançar algo que é ao mesmo tempo significativo para o “eu” e gera consequências no mundo além do “eu”. Assim, um projeto vital é a razão por detrás das metas e dos motivos imediatos que comandam o comportamento diário. Se o projeto vital tem características de alcance social, beneficiando o próprio sujeito e aqueles à sua volta, pode ser considerado nobre. Se visar metas destrutivas, contra o interesse de alguns ou da sociedade, pode ser considerado antissocial. (FRAIMAN,2015, p.289).

Tal busca pelo projeto de vida se verifica nas palavras da entrevista E7 quando fala de sua vontade em aprender mesmo enfrentando problemas de memória que por vezes lhe desmotivam e tentam anular suas expectativas, mas que não impedem seu sonho altruísta, de servir ao próximo, de ser útil por meio de sua profissionalização:

...porque aí eu ia fazer uma faculdade de química, na química, queria entrar no laboratório, eu tenho vontade de curiosidade, vontade de pesquisar. Para mim, a profissão tem valor, todo mundo procura trabalhar para receber, meu maior motivo é ajudar o próximo, cuidar, servir, estar à disposição, crescer e ajudar o outro a crescer.

A entrevistada E5, a princípio não tinha uma idealização de profissão, porém, atualmente quer se candidatar para medicina. A E3 pensa hoje em fazer um

curso de Assistente Social. O educando E4, na sua primeira juventude tinha uma apreciação pela Física, porém não quer mais perder tempo e abandonou esta ideia, ele tem pressa e acha que já é tarde para fazer um curso superior, diz ele:

Antes eu gostava muito de física, só que, por causa da idade, eu deixei isso de lado, porque vai demorar eu terminar a faculdade e eu não tenho tempo pra ficar esperando sem dinheiro, eu mudei, não quero fazer essas carreiras acadêmicas, vou focar em concursos.

Segundo a fala dos entrevistados de E1, E2, E6 e E8, nunca tiveram um pensamento sobre um ideal de vida, porém deram declarações curiosas e interessantes sobre a profissionalização que serão abordadas em outro momento adiante. Trarei a fala da educanda E2, que fala de ideal de vida, para refletirmos; *“Nunca parei pra pensar, acho que é por isso que nunca lutei, não, nunca senti. Quero concluir para ficar um pouco mais inteligente”*.

É interessante refletirmos sobre a palavra *“inteligente”*, citada pela educanda. A entrevistada pode estar minimizando a potencialidade do aprendizado que possa vir a ter em sua formação educacional, limitando-a a uma ferramenta para melhor se corresponder no seu meio social. É claro que o conhecimento facilita a comunicação, a participação social nos diversos eventos sociais de que cada um participa, porém a construção do conhecimento não pode se restringir a este patamar. A inteligência do ser humano se manifesta tanto no cotidiano como nas produções científicas, por isso esta educanda poderia ampliar seu entendimento sobre sua capacidade de ampliar seu repertório cultural para além do convívio social.

No tópico seguinte, falaremos sobre a importância da escola para cada educando.

5.4.- A escola e a sua influência no aprendizado

Por unanimidade, a instituição pesquisada foi aprovada no quesito de oferta de educação. A educanda E1, relatou que a instituição é excelente, a E2 disse: *“Tudo muito bom, tratam bem e ensinam direito”*, a E3 acha tudo maravilhoso, a E4 relata: *“A escola atende, aqui é bom, contato direto com o professor, é até melhor que na escola normal”*, a E5 comentou que: *“Até agora, são excelentes, estão de parabéns”*, a E6 falou que não tem nada que reclamar a E7 fez seu desabafo particular que demonstrava

sua preocupação na sua dificuldade em assimilar os conteúdos, mas elogiou a escola, e ela conta:

Eu me sinto constrangida, pela minha dificuldade de aprender, assimilar, por isso penso em parar às vezes, porque eles explicam e logo depois perguntam e eu não sei responder, eu percebo que eles se assustam; “Eu terminei de explicar e você não lembra?”. Eu pergunto a mesma coisa e eu me sinto mal com isso. Eu sei que eles se esforçam.

A educanda E8 exaltou a sua mudança em virtude principalmente dos professores; *“Eu mudei por causa dos professores, tive um acolhimento excelente, parece que eles sabiam o que eu estava sentindo, quando eu cheguei aqui, eles conversaram comigo e eu sou outra pessoa”*.

Este relato promove um verdadeiro afago no coração de qualquer profissional da educação. Diz-nos que realizamos bem nossa missão como educadores. Freire (2014), nos fala da especificidade humana que é o *“ensinar”*. Ciente de sua eterna formação como educador, respeitando as liberdades e as posições dos educandos, todo professor deve sempre reavaliar seu aprendizado.

Em suas formações, o professor não pode se ausentar de sua competência profissional, assim, dentre as competências do docente, estão; (Segurança, competência profissional e generosidade). A generosidade é essencial em uma modalidade de ensino como a EJA em que os alunos necessitam de atenção e respeito. Daí Freire (2014, p.90), nos alertar para a atuação do docente, sua competência e qualificação; *“Outra qualidade indispensável à autoridade em suas relações com as liberdades é a generosidade. Não há nada que mais inferiorize a tarefa formadora da autoridade do que a mesquinhez com que se comporte.”*

Em seguida traremos reflexões sobre a importância da educação para o educando.

5.5.- A importância da educação na vida do educando

Três palavras se alternaram repetidamente nas respostas dos educandos com relação ao sentido da educação; (Importante, fundamental, tudo). Foram depoimentos que revelaram a necessidade sentida por cada um para atingir sua metas, crescer pessoalmente. A educanda E1, a considera muito importante; *“Todo mundo tem que ter conhecimento, precisamos muito”*, a E2 diz que é fundamental na sua vida e na de todos, a E4 relata; *“É preciso ter educação, sem educação você não vai conseguir nada, não vai compreender nada do que ocorre ao seu redor”*, a E5 acha fundamental, e da mesma opinião são as educandas E7 e E8.

A educanda E3 fez um relato interessante que envolve a aprendizagem que nunca cessa, que não tem um término, um fim em si mesmo, pois somos eternos aprendizes:

Sim, é importante, é tudo, quem não estuda fica para trás, a gente vê as outras pessoas crescendo, tendo oportunidades que a gente não tem porque a gente não tem uma formação. O estudo é o que a gente aprende, fica para sempre, é muito importante.

E, para sermos eternos aprendizes, temos que ter a humildade da necessidade de estarmos sempre buscando mais, termos a consciência de saber que não sabemos tudo, numa visão socrática, porque. Segundo Cortella, há pessoas que fingem que sabem, mas não tem a humildade necessária para saber que não sabem:

Pior do que não saber é fingir que sabe. Quando você finge que sabe, impede um planejamento adequado, impede uma ação coletiva eficaz. Por isso, a expressão *“não sei”*, é um sinal de absoluta inteligência. Essa é uma regra básica da vida: quando você está no fundo do poço, a primeira coisa que precisa fazer para sair de lá é parar de cavar. E a pá que continua cavando é ao não saber, fingir que sei. (CORTELLA.2007, p.28.)

Outro depoimento interessante é do educando E6, quando expõe sua opinião sobre educação de maneira mais abrangente. Ele responde que a educação pode gerar vários fatores, como a gentileza, por exemplo. Isso nos remete à primeira educação que recebemos a familiar, que dependendo de seu histórico, irá transmitir valores, conceitos, regras e crenças que terão uma profunda influência na formação do indivíduo. Acredito que, o educando fez este primeiro relato em virtude do episódio em que ele presenciou em um supermercado quando uma senhora passou à sua frente em uma fila sem pedir licença, pelos menos foi o primeiro registro de sua memória relatado:

Eu estava no supermercado pesando frutas, veio uma senhora, tá certo que era de idade, mas que custava ela perguntar: “Moço, quando você tirar a fruta seguinte, eu posso pesar a minha?”, ela botou sem falar nada e eu ainda tinha que pesar o resto. Isso é falta de educação, respeito, eu falei; “Existe educação, senhora, gentileza gera gentileza”.

Valores éticos e morais são construções sociais que sempre fizeram parte das sociedades, estão nas diversas práticas sociais, e na escola, cabe a nós, professores, termos uma sólida formação ética e moral para podermos orientar corretamente nossos alunos, como nos mostra Fraiman:

O educador deve ter sua base de valores sólida. Ele deve refletir, em especial, sobre seu valor formativo. Afinal, seu papel é crucial na construção e na reflexão acerca de saberes cognitivos, éticos e morais. O professor é um modelo de grande relevância e como tal deve assumir-se. (FRAIMAN, 2015, p.184).

Falaremos em seguida, sobre a profissão de cada um, relacionada à sua posição social no mundo do trabalho, sua significação pessoal e relevância na sua identidade pessoal e profissional.

5.6. – Profissão:Um lugar no mundo do trabalho

Foi indagado aos educandos (as), sobre a importância da formação profissional para o indivíduo. Também perguntamos qual a relevância desta formação no mercado de trabalho e se o trabalho exercido por cada um se resume somente à sua subsistência, ou seja, receber salário para manter-se e pagar as contas. Segundo os relatos, a profissionalização, sua efetivação e necessidade, variam de um para outro, uns nunca pensaram em uma profissão, enquanto outros até pensam, mas não tem motivação suficiente para empreender, lutar por esta conquista, acham distante e fora de suas capacidades. Dos 8 educandos, 4 tem a consciência do valor de uma formação profissional, enquanto 3 não veem a necessidade da formação para sua atividade e argumenta que depende das condições financeiras de sua família.

A educanda E1, tem a compreensão da importância da profissionalização, que há algo além da simples escolarização. Da mesma forma, pensa a educanda E3, e relata:

Lógico que todos querem ter uma formação para ter um emprego melhor, trabalhar numa área que você goste, não só pelo dinheiro, mas você também tem que se realizar se identificar, gostar do que faz e saber que as melhores opções é pra quem realmente busca, não vem do acaso, tem que correr atrás.

Esta última fala revela dois aspectos: um refere-se à escolarização básica, geralmente exigida para o ingresso em um emprego, e o outro traz a identificação profissional, o prazer em trabalhar naquilo que você gosta. Este segundo aspecto será abordado mais à frente na última questão da pesquisa. Por enquanto, temos a convicção de que nem todos têm a oportunidade de trabalhar naquilo que sonham, tendo assim que ingressar no mercado de trabalho em qualquer atividade econômica, seja ela formal ou informal.

A educanda E5 reconhece: *“É importante a profissão para cada um de nós”*. A de E7, também tem a profissionalização definida como *“Uma etapa fundamental para todos”*. Mas, apesar de ter essa opinião e estar lutando para atingir essa meta, o que ela mais escuta entre os outros é o sentimento de trabalhar para pagar as contas, ou seja, o trabalho tem um peso excessivo, uma não significação pessoal para o trabalhador, principalmente para aquele educando da EJA que, após longo dia de trabalho enfrenta a jornada dos estudos à noite.

Os professores teriam a grande oportunidade de virar o jogo, com competência, criatividade e muita dedicação, levando em conta os bens culturais de que são possuidores estes alunos, como nos mostra Saboya (2012, p.20):

Apesar de tudo, vale pensar, por exemplo, na quantidade de saberes que cada um destes alunos-trabalhadores possui em função das atividades que realizam ou realizaram. Saberes, certamente, nãoescolares, mas saberes. Saberes a partir dos quais novos conhecimentos poderão ser construídos.

Divididos igualmente, temos 4 educandos que identificam a importância dos estudos em sua formação profissional, enquanto 4 não veem tanta relevância. Dentre aqueles que não a consideram, temos a educanda E2 quando fala; *“Por enquanto eu só quero estudar, se surgir depois uma opinião diferente na minha cabeça, a gente procura”*.

Outro educando, o E4, atribui às condições financeiras da família que sustenta o jovem, a condição dele se formar ou não; *“Depende da família, da pessoa que ela é como vive, se ela tem dinheiro ela pode ser o que quiser, porque vai ter alguém sustentando ela”*. A educanda E8, entrega-se à desmotivação quando relata; *“Tem uma amiga que quer botar um escritório de advocacia, e diz que a gente vai trabalhar junto, só que, tem que estudar demais e eu sou muito preguiçosa, eu não sei*

se iria dar certo”. O último educando E6, pode nos trazer uma reflexão bem produtiva sobre a questão do trabalho profissional no Brasil, quando evidencia sua opinião:

Eu não penso em me formar. Hoje empresa nenhuma aceita pessoa que só sabe fazer uma coisa, tem que ser multifuncional, o “coringa”, eu faço dos serviços gerais ao gerente, eu gosto do que faço, eu não ficaria desempregado, e eu creio que quem sabe viver quem sabe trabalhar, não fica desempregado, só fica quem realmente quer, até vender algo no sinal é profissão. Tem pessoas na rua pedindo esmola, que não tem necessidades, que pedem só por pedir ou pedem para usar drogas ou fazer algo errado, e eu fico naquela; “a gente dá ou não dá?”. Uma vez eu vi uma senhora com o filho pedindo dinheiro, depois eu vi ela usando drogas, ela tá fumando e o filho com fome?.

Não cabe aqui uma reflexão mais profunda sobre a questão socioeconômica do setor empregatício no país, mas podemos levar em consideração esta fala no que diz respeito à escolha da profissão que pode ser despertada nas primeiras idades do indivíduo. O fato de exercer a função de “*coringa*” pode manifestar uma indecisão na escolha de uma profissão e a não valorização de uma função específica, como uma formação técnica ou universitária. Esta escolha pode ter sido influenciada por diversos fatores na vida de cada um, e, se não foi bem resolvida no tempo hábil, pode se refletir nas escolhas futuras de cada um. Em algumas falas dos educandos percebemos algo de descontentamento, decepção, frustração na tomada de decisão com relação à sua atividade profissional, e na forma que visualizam e interpretam a realidade.

Segundo Erikson (2010), as experiências que o indivíduo passa durante toda sua vida, são objetos de estudo para sua teoria das idades do desenvolvimento humano, mais especificamente na quarta idade, onde se encontram os sentimentos de produtividade e inferioridade, que tem uma relação direta com a competência, (sete a doze anos). É nesse estudo desta idade que se enfatiza o processo de aprendizagem, quando a criança integra o sistema instrucional de sua cultura, deixando-a frente a frente com as diferenças que ela irá encontrar no seu meio e poderá ter uma experiência de um sentimento de inferioridade provenientes da constatação de inadequação e dificuldades. Ele nos explica:

É nesse ponto que a sociedade mais ampla torna-se significativa para a criança, ao admiti-la em papéis preparatórios para a tecnologia e a economia reais. Entretanto, é quando ela descobre, imediatamente, que a cor da sua pele, ou os antecedentes de sua família, mais do que seu desejo e vontade de aprender são os fatores que decidem o seu valor como aluno ou aprendiz. A propensão humana para se sentir imprestável pode ser fatalmente agravada como um determinante do desenvolvimento do caráter. (ERIKSON, apud CARPIGIANI, 2010, p.124).

É claro que esta interpretação varia de um para outro, pois cada um trabalhou à sua maneira este fato de retornar aos estudos, concluir sua escolaridade e buscar sua profissionalização com afinco e determinação. Porém, quando esta busca caminha lado a lado com obrigações do lar, filhos, trabalho exaustante e preocupações das mais diversas possíveis, este processo se torna pesado e muitas vezes, desestimulador.

A indiferença à formação profissional, tal qual como é relatada pelo educando E6, apesar dele declarar que gosta do que faz, pode abarcar uma insatisfação pessoal ou experiência negativa em sua vida durante seu processo de formação educacional, o que limitaria suas ambições de superação na carreira profissional, exercendo seu trabalho sem uma identificação pessoal mais idealizadora tornando-o um fim em si mesmo. Erikson (2010), nos fala do grande risco desta idade:

O grande risco desta idade é a possibilidade do recrudescimento de um sentimento de inadequação e de inferioridade quando não alcança ou é desestimulada a desenvolver suas habilidades dentro do grupo. Nestes casos, pode se desenvolver a possibilidade de permanecer regredida, ou pode desenvolver a referência do trabalho como única forma de valor para com a vida. (ERIKSON, apud CARPIGIANI, 2000, p.15).

Outra afirmação deste educando que nos leva a pensar, é sobre o fato de considerar o vendedor de produtos quaisquer, que trabalha no sinal como profissão. Este, na verdade, é um subemprego, pois o Estado não dá nenhuma garantia para o trabalhador que exerce esta atividade. Outro detalhe é com relação ao tipo de trabalhador, o “*coringa*”. As empresas hoje nomeiam seus funcionários como “*colaboradores*”, justamente para que eles aceitem a ideia de assumir qualquer atividade na empresa, ou seja, em virtude das necessidades da empresa que nem sempre levam em consideração planos de carreira que porventura os funcionários tenham em mente. Cortella (2007, p.60), nos alerta: “Ocupação não é sinônimo de vida, é sinônimo de atividade”. Ele também nos fala:

E como o mundo da competitividade é muito acelerado e ele precisa de fato estar o tempo todo em atenção, produzindo, procurando competência e eficácia, não sobra tempo para outras coisas. Então, tem-se um nível de infelicidade muito grande.

Assim ele nos alerta sobre a preocupação de cuidarmos do que é urgente e não do que é importante. Então, o que é importante, é nos limitarmos em nossas

atribuições no trabalho, condicionados às necessidades da empresa ou seria termos ideais de vida, com metas, projeções de ascensão na carreira profissional, uma macrovisão do que seria galgar maiores degraus na formação profissional, proporcionando um crescimento pessoal social, emocional e cognitivo. Tudo isso envolve um projeto de vida, tal como ele nos descreve:

A virtualização do local de trabalho, a possibilidade de trabalhar em qualquer canto, não significa necessariamente que se facilitou a nossa existência. Poder trabalhar em qualquer lugar hoje significa que se pode trabalhar o tempo todo. Agora, está-se procurando um ajuste que não tem a ver somente com o mundo do trabalho, mas com o nosso modo de vida. (CORTELLA. 2007, p.57).

A seguir será abordado a respeito da educação como uma possível ferramenta que deveria ser utilizada por toda a comunidade educacional do país, no sentido de busca da essência dos conceitos, normas sociais, leis e regras aplicadas às virtudes da humanidade, a fim de melhor compreender como funcionam as relações sociais em todos os seus aspectos políticos e sócioeconômicos. Assim, se compreenderia a realidade que nos rodeia para que tenhamos mais subsídios para argumentos, propostas, contribuições para quem sabe melhorar o país como um todo.

6-A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO DA DINÂMICA DA SOCIEDADE

Foi indagado aos educandos (as), sobre a compreensão crítica da realidade social como um todo, tendo a educação como ferramenta para melhor compreender esta dinâmica da sociedade nos seus diversos aspectos. Demos como exemplo a interpretação crítica de um noticiário político na TV, por exemplo, quando assistimos a um noticiário, e se conseguimos interpretar as reais intenções de governantes, gestores, ou qualquer pessoa ou grupo social que esteja representando algum poder estatal ou outro qualquer.

5 dos entrevistados concordaram de que a educação favorece esta compreensão crítica da realidade. 2 deles não viram tanta importância na educação como instrumento de interpretação da realidade, enquanto 1 deles posicionou-se como um meio termo, relatando que esta atitude dependia em parte do professor para alertar e saber orientar o aluno no seu entendimento. Entendemos por esta fala que, o educando

pode desenvolver este senso crítico quando devidamente instruído e motivado para ter tal postura crítica diante de fatos que chegam até ele.

A educanda E1, falou que: “ *A educação favorece.*” porém não soube dar exemplo. A E2, também concordou. A educanda E4 relatou; “*Favorece, porque sem educação não tem como saber algumas coisas, notícias*”. A educanda E5, tem a mesma opinião; “*Melhora sim pra entender essas coisas do governo, por exemplo,*”. O educando E6, ponderou sobre a necessidade da vontade própria na busca individual por educação:

Com certeza, mas para você ter o sentimento de educação, você precisa querer, tem muita gente que não quer. Por exemplo, a educação do colégio aqui é maravilhosa, mas se a pessoa não quiser, ela não vai ter nunca. Tem o ditado; “Vaso ruim não se quebra fácil”. Alguém me perguntou se eu me orgulhava de ser brasileiro, eu falei que por um lado sim e por outro não.

É interessante quando ele fala sobre o “*querer*” pela educação, e a coloca como instrumento de crescimento pessoal. Uma instituição de ensino tem o compromisso de zelar por esse princípio para que desperte no educando o desejo de sempre querer aprender.

Fraiman (2015, p.41); fala da consciência do professor no seu agir docente para que esta tarefa se cumpra:

Uma parte essencial de nosso trabalho com os educandos consiste em ajudá-los a construir uma visão de si, do mundo e do futuro que traga-lhes mais saúde e determinação pessoal diante de seus projetos de vida. Esse feito se consegue, em primeiro lugar, com um contexto seguro e acolhedor em que possam debater seus desejos e escolhas. E a escola é um lugar de excelência para tal ação.

A educanda E3, em virtude do exemplo que foi dado para a compreensão da pergunta, sobre a entrevista política, não viu tanta importância da educação como instrumento de compreensão da realidade e relatou:

Acho que não. É porque o governo, os políticos em si, eles nunca mostram realmente o que eles querem, sempre tem alguma coisa escondida por detrás, a gente sabe disso, eles tão ali dizendo uma coisa, mas na verdade, eles tão buscando outra coisa, é uma máfia escondida.

A tarefa de identificar precisamente as intenções dos dirigentes de uma nação ou de grupos dominantes nem sempre é uma tarefa fácil. Marx, no século XIX já

pregava que a propriedade privada não é um direito natural e que o Estado não é um resultado de um pacto social. O Estado nasceu, segundo ele, como uma expressão da sociedade civil, que envolve a produção material de vida e seu conjunto de classes sociais. Marx dizia que o Estado sempre expressou um poder político através do qual a classe economicamente dominante manteve o seu domínio sobre as demais classes sociais dominadas. (SAS, p.44).

Assim o poder político se mantém, simulando atitudes nobres, por meio do populismo, uma ferramenta política utilizada pelos políticos para lançar ideologias, conceitos e padrões de comportamento. Paulo Freire foi muito criticado em alguns momentos de sua prática nos programas de alfabetização, pois por um lado defendia a educação nãoimpositiva, não domesticadora, e por outro lado, segundo alguns críticos, dentre eles, Vanilda Paiva (1980, p.17), havia a sua posição favorável à emancipação ideológica do indivíduo, mas aliada ao projeto de desenvolvimento de uma nação independente.

Beisiegel, porém, faz um relato em que Freire definia bem a metodologia e intenção de sua educação popular:

Este compromisso com a procura de procedimentos nãoimpositivos, exprimia-se em muitos aspectos de suas atividades. E tendo em conta as vicissitudes que marcaram a aplicação do método, no Brasil, nos primeiros anos da década de 1960, há um desses aspectos que não pode deixar de ser registrado: o da nãoimposição consubstanciada na recusa de qualquer “interferência” do educador nas opções políticas dos educandos. Paulo Freire insistia rigorosamente neste ponto. (BEISIEGEL, 2008, p.234).

6.1- A hospedagem do opressor no oprimido

Vale ressaltar também a posição de Freire quando falava do grande problema no que se refere à hospedagem do opressor no oprimido, porém também nos dá uma esperança quando afirma que a educação pode contribuir para expulsar o opressor do oprimido:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, particular da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 2017, p.43).

A educanda E7, reconhece a importância da escola no processo de aprendizagem, para aprender a ler, escrever, porém fala que tudo que sabe e entende hoje, não veio da escola, mas de sua vivência cotidiana. Vale ressaltar que, provavelmente, isso se deve ao fato de não ter sido contemplada pela educação nos seus primeiros anos de idade:

Tudo que eu sei que eu entendo hoje, não vem da escola, porque eu não pude estudar. Tudo veio da experiência, acho que a escola é boa para aprender, ter noção, ler, escrever, interpretar alguma coisa, a gente aprende mesmo, você nasce, você aprende a colocar as palavras, as ideias em ordem na cabeça, se tem alguma dúvida, com o tempo, você vai descobrindo aquilo, eu não acredito muito em noticiário que vai dar, se você for fraco, vai acabar caindo em tudo que eles tão dizendo.

A educanda E8, nos relata sobre a importância do professor na educação do aluno:

Depende do professor, tem uns que em vez de ajudar, faz é você voltar atrás, porque complica, não sabe explicar, a mesma coisa que eu estudei em 2000, é a mesma hoje, só que com o nome diferente, continuo sem entender, porque o português mudou principalmente para nós, os que estão aqui hoje, é porque não tiveram oportunidade de estudar, poderia ser diferente.

Revela-se nas palavras da entrevistada a necessidade de uma didática específica que se renove em seu processo de ensino e aprendizagem, em que as metodologias específicas das matérias de ensino formem uma unidade, sem prejuízo das peculiaridades dos alunos e de cada matéria, pois a didática dá o embasamento ao ensino e ao processo de ensino e aprendizagem.

Fraiman (2015), cita a educadora Eliana Baptista Pereira, quando diz; *“A escola nunca deve ser um lugar em si, um fim, deve ser uma ponte para a vida, para a felicidade, para o bem”*. Segundo Fraiman (2015), *“os saberes formam competências perenes e diferenciadas: quando falam da vida, com a vida. Quando o aluno percebe valor no que aprende, se sente mais motivado”*. (FRAIMAN, 2015, p.43).

6.2 - A vocação ou o desejo profissional a se realizar

Nesta última questão, perguntamos aos educandos (as) sobre algum sentimento ou pensamento relacionado à vocação profissional, ou seja, uma identificação tão intensa que seria uma constante em sua vida na busca de sua profissionalização.

Dentre as profissões que foram mencionadas, temos: Radiologia, Enfermagem, alguma profissão relacionada à física, Medicina e Pedagogia. Podemos entender a vocação como uma inclinação natural que algumas pessoas apresentam para determinadas profissões, seguindo suas habilidades, assim também seus desejos e ideais

de vida. Segundo a Universia Brasil, a escolha da profissão é um processo não muito fácil de executar:

a ideia de que só uma vocação e um percurso certo para cada um de nós é um dos mitos que dificultam ainda mais esse processo de escolha. Na verdade, as pessoas tem vários interesses e aptidões diferentes, que apontam para caminhos diversos: Por isso, eleger uma vocação profissional geralmente é muito difícil. (UNIVERSIA BRASIL, 2019).

Os valores éticos e morais que são construídos durante a vida de cada um, tem seu peso qualitativo na escolha de sua profissão, e podem definir a realização plena ou não do futuro profissional:

...essas são questões que envolvem não apenas gostos e habilidades, mas também motivação e valores. Afinal, embora a afinidade com o trabalho e o desejo de realizá-lo sejam importantes, pesquisas revelam que os profissionais mais felizes são aqueles que sentem que estão contribuindo de alguma forma para a sociedade e enxergam valor em seu trabalho. (UNIVERSIA, BRASIL, 2019).

Porém, nem sempre esta sensação ocorre em todos os indivíduos, por motivos diversos, de ordens familiar, social ou econômica, tal como registramos na fala da educanda E2:

Nunca parei para pensar, pode ser que surja depois, gosto de desenhar, mas gosto mais da modelagem, pretendo aprender a desenhar, fica mais fácil saber os desenhos para transformar na peça real. Por enquanto eu só quero estudar.

Já a educanda E8, rende-se à preguiça e não pensa de imediato sobre esta possibilidade. Ao relatar minha determinação e perseverança para estudar e conseguir ingressar na Universidade, ela relata:

Eu não penso assim, como eu disse, eu sou preguiçosa, porque pra conseguir tem que estudar muito, meter a cara nos livros como você fez, eu não tenho isso comigo, eu to estudando só pra ter o diploma, quem sabe no futuro, se vier será bem vinda, mas procurar eu não procuro não.

Dentre as várias características daqueles que buscam sua profissionalização com determinação, temos o autoconhecimento e o empreendedorismo, que podem ser pontos de partida para as futuras conquistas pessoais e profissionais, uma prática de autoreflexão que motivará o indivíduo para o interesse sobre ramo de trabalho, mercado de trabalho, a realidade do trabalho no seu contexto social e ainda seus próprios projetos para o futuro.

Apesar do termo “*Empreendedorismo*”, por vezes ser manipulado pelas elites, se for devidamente desenvolvido com extrema reflexão e autoconhecimento, pode ser favorável para o indivíduo, dependendo é claro das oportunidades que o estado

possa vim a lhe oferecer, como também as instituições de ensino e toda a sociedade estarem imbuídas de um objetivo conjunto de desenvolvimento e oportunidades igualitárias fundamentadas nos direitos humanos. Segundo Fraiman (2015), empreender é:

Enxergar as tendências e pensar em formas de investir em oportunidades novas no mercado de trabalho. O empreendedor é aquele que sabe ler a realidade a partir de diversos ângulos, que olha para um segmento e enxerga o que ninguém viu antes. Por isso, é tão importante desenvolver nos alunos a autonomia e a iniciativa pessoal, incentivar a curiosidade, pelas coisas, pelas pessoas, pelas invenções e a busca por novos conhecimentos. Isto é ter atitude empreendedora. (FRAIMAN,2015, p.239).

Percebemos esta prática de autoconhecimento na fala da educanda E1, por meio de sua experiência em testes vocacionais realizados nas empresas:

No começo eu queria fazer um curso técnico de radiologia, mas eu vi que eu não me escachei na área da saúde, não dá, fiz uns três treinamentos no hospital para avaliar as minhas aptidões, e vi que não dava certo, aí fiquei no call-center.

A motivação a partir do autoconhecimento pode levar o indivíduo a ter uma postura proativa, por muitas vezes enfrentando o sacrifício do trabalho, com jornada de 12 ou 14 horas diárias, para sustentar a si e sua família, e dependendo das oportunidades que lhe forem disponibilizadas, esta atitude pode capacitá-lo a concorrer no mercado de trabalho. Fraiman (2015), nos explica que o termo “*empregabilidade*”, designa o valor que um profissional tinha no mercado de trabalho de acordo com a possibilidade de ele conseguir um emprego estável. Hoje, numa atualização do termo, ele usa a expressão “*Trabalhabilidade*”, da seguinte maneira:

Atualmente, falamos de “*trabalhabilidade*”: capacidade que uma pessoa tem de conseguir oportunidades de trabalho, por meio de empregos formais, prestações de serviços, concursos ou seu próprio negócio, exercendo o empreendedorismo. (FRAIMAN,2015, p.238).

A persistência que precisa ser praticada com determinação e otimismo mostra-se nas palavras da educanda E3:

Sim, enfermagem. Como vou fazer o ENEM agora, vou colocar as duas opções: Enfermagem e Serviço social, se não der pra um dá pro outro, o que vale é tentar, vou tentar até o final, vou correr atrás, aquilo que eu não fiz quando era jovem, quando não tinha filhos, agora vou correr atrás do prejuízo.

Assim também a educanda E5, tem pensamento determinado em virtude de sua experiência familiar: *“Depois que meu irmão foi descoberto com CA, aos dez anos, decidi fazer medicina, a pessoa tem que ter vocação para aquilo que vai fazer”*.

A *“trabalhabilidade”*, citada por Fraiman (2015), é essencial na postura de cada um. O mercado de trabalho hoje é muito dinâmico, com novas formas de vínculo empregatício, novas competências são exigidas, uma nova concepção de atuação no mercado se exige do trabalhador, com mais desenvoltura, criatividade. Por isso, as atitudes de qualquer estudante, seja qual for a modalidade de ensino em que estiver inserido, tem que buscar três virtudes básicas para seu sucesso; autoestima, resiliência e otimismo, são virtudes essenciais para o resto de sua vida.

Segundo este autor; *“O sucesso ou o insucesso de uma pessoa não pode ser atribuído exclusivamente à sua área de trabalho”*. Ou seja, um fator importante que vai influenciar a realização profissional de cada um está na sua postura empreendedora, resiliente e otimista durante todo o seu processo de crescimento, e se esta sua pretensão profissional está relacionada ao seu projeto de vida.

Desejamos salientar duas das variadas virtudes humanas: autoestima e resiliência. Em primeiro lugar, com relação à autoestima, que necessita de uma atenção especial com o público da EJA. São pessoas carentes de atenção, ricas em vivências e experiências, desejosas no seu retornar aos estudos, e principalmente, também trazem aspectos peculiares que exigem sensibilidade daqueles que lidam com este público. Saboya (2012), nos fala a respeito disso:

A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõe. (SABOYA, 201, p.16).

Em muitas ocasiões, esse sentimento de impotência é tão forte que mina as potencialidades dos educandos, deixando-os vulneráveis a pensamentos de inferioridade cognitiva. Esta educanda E7, que citaremos agora, demonstra em suas palavras este pensamento inferiorizado com relação ao seu aprendizado, mas mesmo assim, algo em seu interior a chama para uma atividade específica, algo que a perturba e a motiva simultaneamente:

Sim, quando eu era mais nova, quando achava que ia terminar os estudos, sonhava em ir pra faculdade, não tinha noção, mas agora eu fiquei pensando,

minha filha ficava no hospital, eu ficava vendo, eu tinha habilidade, eu sabia onde furar pegava veia, olha aí, vou ser enfermeira, mas com o passar do tempo, vi que só entra quem tem muita inteligência e eu não tinha e como você tem que pagar e eu não posso, eu desisti.

Poderíamos interpretar que esta educanda tem sua potencialidade na sua inteligência, porém, o que se percebe é que sua autoestima está baixa, porque muitas vezes a educação pode ser uma mercadoria cara para os pobres, um artigo de luxo para a maioria da população. Necessitaríamos de uma entrevista mais pessoal e incisiva com esta educanda para tentar identificar sua real concepção de se considerar “*menos inteligente*” do que outras pessoas. Mais adiante ela revela sua inquietação por suas vontades, desejos e sonhos:

Hoje, eu descobri que a química está envolvida na ciência dos números, eu tenho habilidade de compreender um pouquinho o que eu tô lendo, de guardar na memória, mas é só no livro, na hora, depois eu esqueço tudo, o negócio é a memorização. Eu tenho vontade, curiosidade de pesquisar, descobrir alguma coisa, é como se eu já tivesse feito isso no passado, alguma coisa em mim que me atrai, mais forte que mim, eu não entendo.

Esta educanda, apesar de suas dificuldades, tenta conhecer a si mesmo, num processo de autoconhecimento, e luta para não ceder por completo à destruição de sua autoestima. Fraiman (2015), nos explica sobre este conceito:

Com origem no autoconceito, a autoestima é a imagem e a percepção que temos de nós mesmos. É a partir desse conceito pessoal que nos posicionamos em nossas relações em todas as áreas da vida. Assim, a autoestima não vem apenas do olhar do outro, mas do olhar que lançamos sobre nós, somados às implicações que isso tem na nossa vida. (FRAIMAN, 2015, p.210).

Por isso, é importante todo o corpo docente de uma instituição de ensino ter consciência do “*saber ouvir*”, para “*saber falar*”, pois muitas vezes não temos a noção exata da batalha interior que existe em cada educando (a), do esforço que está fazendo para superar suas limitações. Freire (2014) explana com maestria sobre esse assunto:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. (FREIRE, 2014, p.111.)

A outra virtude que gostaria de fomentar reflexão é sobre a resiliência. Fraiman (2015), nos explica que; “*A resiliência pode ser definida como a capacidade de nos adaptarmos às mais diferentes situações adversas e conseguirmos seguir adiante de forma saudável e feliz*”. (FRAIMAN, 2015, p.213). É claro que só esta virtude não

pode fazer milagres, porque necessita estar casada com a determinação, planejamento, ação, mobilização individual ou comunitária, como também a busca incessante pelo conhecimento, são condições para que não fiquem presos no conformismo.

Pensando neste conceito, nos vêm à mente, como já foi citada, a luta dos alunos da EJA, em suas dificuldades de conseguir cumprir os roteiros de estudo, tarefas, provas, deslocamento, ou seja, toda sua capacidade e criatividade de adaptar-se às diferentes situações do seu dia-a-dia, e ainda conciliar estudo com carga horária de trabalho e os afazeres de casa.

Um interessante ponto trazido por Costa *et al.* (2002 apud FRAIMAN *et al.*, 2015), alia a resiliência com a flexibilidade, na capacidade de crescer, que pode ser aprendido e desenvolvido. Sua teoria define três pilares da resiliência: a relação consigo mesmo, com a circunstância/situação e com o tempo. Para simplificar, é pensar como o indivíduo desenvolve um autoconceito positivo, como lida com a sua preservação da vida e seu crescimento, e por fim, como consegue tirar proveito do passado e do futuro em favor do presente.

É bom ressaltar que todas essas virtudes podem e devem ser potencializadas por via Educação Popular. A práxis revolucionária, citada por Freire, em toda sua luta educacional emancipadora, mostra esses homens como autores do seu “*quefazer*”, quando eles emergem do seu mundo, objetivando-o podendo assim conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho. Freire (2017), nos ensina:

Mas, se os homens são seres do quefazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O quefazer é teoria e prática. Não pode reduzir-se (...), ao tratarmos a palavra, nem ao verbalismo, nem ao ativismo. (FREIRE, 2017, p.167).

A Fim de exemplificar melhor, podemos ter como ponto de partida a fala do educando E4, o qual optou completar seus estudos para prestar concursos, e também declarando que muitas vezes a necessidade de se adequar ao mercado de trabalho se sobrepõe às vocações que cada um carrega dentro de si, assim ele fala:

A princípio, senti uma atração pela física. Surgiu a vontade aos 15/16 anos, pela internet, assistia coisas relacionadas às ciências, fui ficando próximo às ciências exatas. Gosto de filosofia, física, matemática, estão muito, tudo meio ligado. O mercado de trabalho, muitas vezes prevalece sobre as vocações, por causa da desigualdade social, porque você não pode dizer que quer alguma coisa sem ter o dinheiro. Depende de cada um, se ele prioriza o dinheiro, ele tem que fazer o que ele quer.

Partindo dessa declaração, poderíamos identificar no educando sua relação consigo mesmo, e com o tempo, quando tem a consciência de que atrasou seus estudos, ao relatar anteriormente que repetiu mais ou menos dois anos de estudo, além de perder alguns anos na escola, no 9º ano ele estava com 17 anos de idade, que o fez tomar a decisão de agilizar seus estudos. A sua relação com as circunstâncias, se revela na sua decisão de não optar por carreira acadêmica, e focar nos concursos, além da dependência financeira para estudar. Assim, o educando E4 entende que é melhor adaptar-se o quanto antes possível ao mercado de trabalho, procurando sua estabilidade financeira por meio de concursos, sem visualizar relevância em uma carreira acadêmica.

As circunstâncias e o tempo fizeram com que seus planos de carreira fossem modificados, descartando a antiga atração pela física, e ficamos pensando sobre a força da economia, do Estado quando altera as projeções dos jovens e adultos, tendo como controladores os donos do capital, e as adaptações a que os indivíduos são condicionados, no mercado de trabalho, para conseguirem ingressar ou quando não, permanecer na sua função. Criam-se diversas funções, horários e com várias atribuições, surge aí o colaborador “*coringa*”, citado anteriormente pelo educando E6. Este educando, quando perguntado sobre sua possível identificação de alguma vocação, fez o seguinte relato:

Já pensei em ser pedagogo. Eu acho a profissão de professor muito sábia, tem que ter uma cabeça muito boa e aguentar muita coisa também, às vezes eu ensinava na época da minha adolescência na escola de dança e teatro. Quando eu comecei a fazer teatro e dança, e eu via ali, quando o professor faltava, os mais antigos ensinavam, eu tinha uns 13 ou 14 anos.

Este relato foi importante e nos despertou quando ele falou sobre ser pedagogo. Este educando, justamente aquele que tem o orgulho de ser um funcionário “*coringa*”, quando exerce dos serviços gerais à gerência e que não vê nenhuma importância numa formação profissional, nos fez pensar: “Uma vocação anulada, por quê?”. Não temos o direito aqui de julgar ninguém, mas ficamos pensando se a resiliência deste educando foi suficientemente vigorosa para que ele lutasse por seus ideais de profissão, buscasse alternativas que lhe possibilitassem a sua integração ao mercado de trabalho, mas sem deixar de lado seus projetos de vida, de realização profissional.

Em uma de suas falas ele diz que gosta do que faz, porém sentimos e entendemos a vocação profissional como uma identidade tão intensa e vigorosa que seja capaz de traduzir o indivíduo completamente, que o motive a buscar sempre mais,

superando o seu “eu”, para que, porventura ele não seja condicionado por qualquer fator interno de ordem subjetiva ou externo de origem econômica, social ou política, limitando seus sonhos.

Pretendo finalizar essa síntese das falas dos educandos, trazendo uma parte do último relato do educando E6: “*Eu acho a profissão de professor muito sábia, tem que ter uma cabeça muito boa e aguentar muita coisa também*”. Para a reflexão final trago Cortella (2007): “*Realizar e perceber-se. Uma das principais tarefas do líder é esclarecer a obra coletiva*”. (CORTELLA, 2007, p. 67). Em seu livro: “*Qual é a tua obra?*”, ele traz questionamentos, várias inquietações propositivas que envolvem temas como: gestão, liderança e ética. E nós, como educadores, temos o prazer e a obrigação de nos aprimorarmos a cada dia na ética, no conhecimento das ciências, nas relações sociais, na produção do conhecimento. Cortella (2007), também nos alerta: “*Fundamental é chegar ao essencial*”. (CORTELLA, 2007, p.63), e diz:

Por que eu preciso morar em cidades grandes, viver desesperado dentro de um carro para lá e para cá, restringir imensamente meu tempo de convivência com as pessoas de que eu gosto, reduzir o meu ócio criativo para ficar num lugar aonde vão me oferecer apenas e tão somente dinheiro.

A experiência desta pesquisa nos deixa esperançosos, pois percebemos que, apesar das dificuldades relatadas pelos educandos, alguns lutam por conquistar seu espaço. Para ser um líder, tal qual como Cortella (2007), ensina, precisamos estar munidos de todas as metodologias existentes para atender as várias especificidades dos alunos em suas necessidades, aspirações e sonhos.

A nossa obra não está completa, estamos conscientes e dispostos a enfrentar nossos medos e desafios para ajudar os outros que precisam de orientação, apoio, escuta e muita perseverança na busca do conhecimento, de si mesmo, das ciências, e deste mundo que nos cerca.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do objetivo geral em que procurávamos identificar se, a procura pelos estudos realizada pelos educandos da referida instituição pesquisada, promoveria nestes indivíduos um processo de autoconhecimento em que o educando se sentiria mais pleno em sua identificação pessoal e profissional. Esta identidade se refere a uma interpretação pessoal como um sujeito capaz de refletir sobre suas condições, principalmente estudantis, suas possibilidades de sucesso, as causas de sua defasagem nos estudos, a sua potencialidade em mudar seu histórico educacional e pessoal, e sua capacidade de pensar de maneira crítica.

Esta primeira identificação seria uma base, um subsídio para uma busca pela sua profissionalização seguindo uma vocação, ou uma determinação pessoal sobre sua carreira, fosse ela construída na maturidade, ou surgida desde seus primeiros anos de vida. Entendemos que a atividade profissional, quando identificada intimamente pelo trabalhador, possa defini-lo tão intensamente que, seria uma etapa fundamental na construção de sua identidade, o realizaria integralmente fazendo-o pleno, completo em suas aspirações e sonhos.

Por meio dos objetivos específicos tentamos identificar algumas causas, efeitos de suas decisões, entraves que impossibilitariam seus projetos, também a influência de fatores externos que atuariam em sua vida como limitadores de seus ideais de vida.

Em virtude de tudo o que foi pesquisado e observado, concluímos que a referida instituição de ensino CEJA (Centro de educação de Jovens e Adultos), atende às necessidades básicas dos educandos, lhes proporcionando um ensino básico de qualidade com boa estrutura e corpo gestor e docentes competentes. Dos 8 entrevistados, 7 reconheceram esta competência da escola em que estudam, ficando somente 1 educanda com opinião diversa dos demais.

Entendemos porém, que a modalidade EJA, tem, como um de seus princípios norteadores, a emancipação do indivíduo em sua consciência crítica, fato que não foi observado na maioria nos educandos, pois, apesar de todos reconhecerem a educação como fator de mudança no indivíduo, levando em conta seus ideais de vida, 6 dos entrevistados não pensaram antes sobre esta intuição ou pensamento que os levasse a buscar uma profissionalização agregada a uma realização pessoal na sua profissão, restando somente 2 que pensaram sobre este tema.

Entendemos que a real consciência implica numa mudança de comportamento, em uma nova postura que traga significado à sua busca pelo saber, e não somente para conseguir um emprego. Todo aprendizado traz uma nova visão sobre algo, que pode transformar a realidade de qualquer um, se nós não atuamos para mudar a situação opressora, apenas temos conhecimento de um fato, sem ter a atitude pró-ativa de emancipação.

Reconhecemos as dificuldades que todos deles passam em suas vidas ou as circunstâncias adversas que os impedem de almejar uma carreira profissional idealizada, como também o histórico de cada um que o levou a determinadas circunstâncias.

Com relação à profissão, 4 dos educandos vêem a busca de uma profissão como fator importante na formação de cada um, porém apenas 2 deles estão decididos a seguir uma carreira específica seguindo sua vocação ou um desejo interior de formar-se em uma área específica do conhecimento.

Sobre a formação educacional que facilitaria a construção de uma consciência crítica na sociedade contemporânea, 5 deles reconhecem que, com um maior conhecimento podemos ter mais condições de entender este mundo que nos cerca e assim decifrar muitas coisas que estão subtendidas ou ocultadas. Esta posição dos educandos é um passo importante e decisivo para uma construção mais crítica da sociedade a qual cada um está inserido, além do reconhecimento da importância da educação como fator de mudança.

A nossa interpretação sobre este trabalho é que a modalidade de ensino EJA atende às primeiras necessidades dos educandos, mas não desperta, não amplia as suas aspirações para um educar mais amplo, mais abrangente, enriquecedor, tal como Paulo Freire orientava. Existe uma riqueza muito grande no acesso ao conhecimento, principalmente para aqueles que estão retornando aos estudos para realizar seus sonhos, o que poderíamos supor, são pessoas que possuem uma experiência de vida mais intensa, que poderiam, quem sabe, trazer uma aspiração mais intensa, mais fervorosa no seu processo de ensino e aprendizagem, e não condicionadas às suas necessidades básicas de escolarização. Nos resta a reflexão: *“Esta modalidade EJA, não teria essa oportunidade única de fomentar o conhecimento nestes educandos, de levá-los adiante na construção do conhecimento de forma autônoma, criativa e motivadora?”*

A nossa ética profissional como educadores não permite colocar a culpa neles, pois na verdade eles são peças de um jogo político, econômico em que pouco se

tem a chance de comandar uma jogada, são assim manipulados e condicionados a aceitar e concordar com as regras do jogo.

Não desejo aqui anular o valor da educação básica para a inserção do indivíduo no mundo letrado, no mundo que o cerca, pois uma conquista desta tem um valor inestimável para cada um deles, são dignos de toda luta, perseverança e determinação nos seus estudos. Porém acredito que eles desconhecem ou não acreditam no potencial que cada um tem dentro de si, de ir além, de ampliar seus horizontes e não ceder às circunstâncias que podam seus sonhos. Neste país tão competitivo e cruel em vários aspectos, essa luta é desigual e repleta de interesses que prevalecem sobre as aspirações de ideais de vida, tal como a necessidade do trabalho prevalece entre as iniciativas no retorno aos estudos destes educandos, dentre outros motivos.

Daí minha felicidade e realização profissional no encontro com a Pedagogia, na perspectiva de exercer minha vocação para ser pedagogo, ser um professor criativo, crítico, autêntico, formador de opiniões, habilidades, sonhos e poder assim contribuir para uma melhor educação neste país.

8. REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular**. Brasília: Ed. Liber Livro, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Mód. I: Educação de Jovens e Adultos**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Inst. UFC Virtual, 2012.

CARPIGIANI, Berenice. Erik H. Erikson. **Teoria do desenvolvimento Psicossocial**. In. Newsletter. Ed. 7. Agosto de 2010. (p. 1-21).

CASASSUS, Juan. **Educação Emocional**. Brasília: Ed. Liber Livro, 2009.

COSTA, Cláudia Borges. MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 2017.

FRAIMAN, Leo. **Como ensinar bem: a crianças e adolescentes de hoje**. São Paulo: Ed. OPEE, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. RJ/São Paulo: Ed. Paz & Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. RJ/São Paulo: Ed. Paz & Terra, 2017.

LUSTOSA, Francisca Geny. **Educação de Jovens e Adultos-Licenciatura em Pedagogia**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Inst. UFC Virtual, 2010.

MARQUES, José Roberto. JRM. **Qual o significado de subjetividade e como aplicar esse conceito**: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/qual-significado-subjetividade>. Acesso em 27 set. 2019.

MEC BRASIL. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Jovens e Adultos. Confitea Brasil + 6**: Brasília: 2016. Disponível em: confiteabrasil+6.mec.gov.br/imagens/documentos/documentonacional. Acesso em 05 ago. 2019.

PERLAD, Gustavo. **A hierarquia de necessidades de Maslow. O que é e como funciona**: São Paulo, 2011. Disponível em: <https://sobreadministração.com/a-pirâmide-de-necessidades>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ROCHA, Hugo. **O que é pesquisa qualitativa, tipos, vantagens, como fazer e exemplos:** Disponível em: <https://klickpages.com.br/blog/o-que-é-pesquisa-qualitativa>. Acesso em 30 nov. 2019.

UNIVERSIA BRASIL. **Como descobrir a sua vocação profissional:** 2019. Disponível em: <https://noticiasuniversia.com.br>educação>noticia>2019/06/06>.

8. ANEXO A

A ASFIXIA DA NÃO VOCAÇÃO

Estou bem, com saúde, mas meu peito se comprime me vem a sensação de mal estar e um grande vazio. Quero aqui registrar minhas concepções, experiências de vida, prometo não me prolongar demasiadamente. As percepções de meu corpo que denunciam uma asfixia, sempre me vem quando penso sobre minha profissionalização, sobre o que estou fazendo, produzindo, pensando. Durante muitos anos, trabalhei como autônomo, até adentrar na educação como auxiliar de educação em um colégio particular bem conceituado em Fortaleza. Senti uma identificação tão forte e decidida do que queria ser, fazer, que não tive a mínima dúvida, vou ser um profissional da educação, já estava aproximadamente com 27 anos, porém, não tive tanta determinação e maturidade para buscar meus sonhos, completei o segundo grau, prestei vestibular, mas não compareci para fazer a segunda prova. Deixei pra lá, um sonho adormecido, que foi despertado em 2003 aos 49 anos, ao ser aprovado no ENEM, com 860 pontos na redação; “Caramba, vou entrar na UFC, fazer pedagogia”. Minha cabeça e meu mundo deram uma volta de 360°. Foram muitos anos de luta, estudos, sentimento de culpa por estar estudando para ser quem sabe um professor. Mas hoje, não largo esse sonho. Se a vocação existe, e se ela é construída socialmente, pois entendo que ninguém pré-determinado para ser isso ou aquilo, essa construção é bem estranha. Nunca fui muito afeito aos estudos, sempre fiquei de recuperação, só passava direto no primário, falsificava a assinatura de minha mãe, até chegar ao cursinho e ter aulas de história, disciplina a qual me apaixonei, em virtude de excelentes professores. Pra ser sincero, não percebo essa construção social dentro de mim, pois nunca fui habilidoso no estudo, provavelmente tinha déficit de atenção, mas em compensação sempre fui extremamente sonhador, e sonho até hoje estar em uma sala de aula, lecionando. Me inquieta esta não realização profissional que me define, me traduz, e me potencializa como cidadão, esposo, pai, amigo, ser humano e professor. Por isso, queridos mestres, familiares, amigos, colegas de turma, quando aparecer um jovem senhor na FACED dizendo acreditar em vocação, acreditem, porque ali está alguém que acredita tanto, com tanta intensidade, que é capaz de enfrentar tudo para provar que algo dentro de si o move de forma virtuosa, numa ânsia de realizar um sonho e fazer a sua obra de arte, uma bela tela, uma pintura que o traduz profissionalmente de tal forma, que, resplandece, brilha e deixa transparecer toda a essência de seu ser. Muito obrigado.